
ONDAS COMUNITÁRIAS

**Algumas Experiências
de Apoio ao Estabelecimento
de Rádios Comunitárias
pela UNESCO
em Moçambique**

PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO DOS '*MEDIAS*'
2001



***Outra documentação disponível na UNESCO, Moçambique,
Sobre Rádios Comunitárias:***

- “No ar – legalmente” Um panfleto sobre o processo do licenciamento ao Exercício. UNESCO (Junho 2000)
- “Coordenação e Sustentabilidade: um Directorio das Radios Comunitárias em Moçambique”. UNESCO (Junho 2001)
- “Estamos mudando nossas vidas - Uma análise do processo de orientação nas rádios comunitárias para o envolvimento e fortalecimento das comunidades.” UNESCO. (Setembro 2001)
- “Ondas Comunitárias” 52 min. Video-documentario sobre a criação e Rádios Comunitárias em Homoine, Chimoio e Cuamba. . UNESCO (Outubro 2001).

Prefácio

A emergência da rádio comunitária nas diferentes partes do mundo esteve directamente ligada aos movimentos de base usando a rádio como ferramenta para atingir os seus círculos – a comunidade. Até recentemente, este não tem sido o caso em Moçambique. Após anos de censura, desde a era colonial à de imprensa monopartidária, a Lei de Imprensa Moçambicana, aberta e democrática – em vigor desde 1991 – mudou radicalmente o ambiente legal dos media no país. Desde 1995, o Instituto de Comunicação Social (ICS), órgão estatal, e a Igreja Católica iniciaram rádios com orientação comunitária. De forma crescente, estações independentes, baseadas em associações cívicas, começam a surgir.

O presente livro retrata o primeiro e importante estágio de mobilização social de três estações com orientação comunitária baseadas em organizações cívicas controladas pelas comunidades nas regiões sul, centro e norte do país. Estas estações estão entre as primeiras, em Moçambique, baseadas e controladas por estruturas comunitárias e – ainda que iniciadas por um doador – foram estabelecidas na base de um sentido de propriedade extensivo, que é o principal espírito da metodologia aqui empregue pela UNESCO.

‘Ondas Comunitárias’ dá seguimento aos primeiros dois anos e meio do processo de mobilização das três comunidades em questão, apoiando-as nos seus esforços de constituir associações, conceber planos estratégicos, formar os vastos grupos de voluntários, quer em programas formais quer informais, e ter as instalações físicas e o equipamento. Além disso, considerando que os “Media Comunitários” não estão explicitamente previstos na legislação nacional, houve necessidade de se juntarem uma série de leis específicas e separadas, de modo a facilitar o processo do registo de estações independentes e de controlo comunitário. Este processo é igualmente retratado neste livro.

Por alturas da apresentação das ‘Ondas Comunitárias’, as três estações não terão, ainda, recebido os equipamentos, estes prontos a serem despachados pelo fornecedor a partir de um país vizinho. Assim, o presente livro providencia uma visão importante sobre as três comunidades, em relação aos seus processos preparativos, mas não no ar, ainda. Um video será produzido, retratando a mesma situação, assim como a experiência de se estar no ar.

Embora o processo descrito neste livro tenha sido iniciado pela UNESCO, nada teria sido possível sem o esforço dinâmico e dedicado das comunidades, dos Orientadores de Formação e dos principais grupos de voluntários e o pessoal das estações em referência. Nós, no Projecto Media da UNESCO, queremos manifestar o nosso profundo respeito e gratidão àqueles que contribuíram para este importante processo de desenvolvimento nacional, em que o grande objectivo e a grande inspiração é termos um país mais democrático, mais aberto e transparente e mais pluralístico.

Este livro é baseado em documentos disponíveis na UNESCO- Moçambique, mas também – e primariamente – em viagens às três comunidades em questão, levadas a efeito pelo jornalista moçambicano Faruco Sadique durante os meses de Março e Abril de 2001. Gostaríamos de agradecer-lo pela sua comprovada capacidade de trazer à superfície o mais importante numa multiplicidade de informações e factos disponíveis.

Embora todas as experiências reflectidas neste livro sejam baseadas em processos iniciados, alimentados e apoiados pela UNESCO, as opiniões expressas não reflectem, necessariamente, as da UNESCO.

Junho 2001

Birgitte Jallov

*Coordenadora Técnica Nacional
Projecto Média da UNESCO*

ONDAS COMUNITÁRIAS por Faruco Sadique

Índice

	página
Antecedentes	ii
Índice	iv
Capítulo I: Introdução	2
O Conceito de Rádio Comunitária	5
Estrutura Legal	7
Capítulo II: Conceito e Metodologia da UNESCO Moçambique	9
Capítulo III: As Rádios, de Homóine a Cuamba	13
Rádio Comunitária de Homóine	14
Rádio Comunitária de GESOM (Chimoio)	19
Rádio Comunitária de Cuamba	24
Capítulo IV: Mobilização e Organização	30
Capítulo V: Treinamento e Preparação dos Planos Estratégicos	38
Capítulo VI: Angariação de Fundos e Colaboração com Financiadores e Doadores	46
Capítulo VII: Definição do Perfil da Rádio, Línguas e Formato dos Programas	50
Capítulo VIII: Compra de Equipamentos Apropriados	54
Capítulo IX: Desafios do Futuro e Sustentabilidade: Que Caminhos a Seguir?	56
Anexo: Cronologia do Processo de Instalação das Rádios Comunitárias Piloto Financiadas pela UNESCO	59

Ondas Comunitarias

Por FARUCO SADIQUE

"Todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação."

A Constituição da República, artigo 74.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Considerado um dos países mais pobres do planeta, com uma das mais baixas rendas por habitante e com um tecido social seriamente danificado na sequência de décadas de conflito armado, Moçambique é hoje um dos poucos países africanos que, tendo alcançado a paz, rapidamente se tornou num verdadeiro modelo de democratização, incluindo na área da liberdade de expressão e de imprensa.

Com efeito, em relação ao capítulo da liberdade de expressão e de imprensa, desde que, em finais de 1990, a nova Constituição da República abriu as portas ao pluralismo político, foi evidente no país o surgimento em massa de novos meios de comunicação social do chamado sector independente, ou seja, não ligado ao Estado ou ao Governo.

Nesta área, é de assinalar o crescente dinamismo em termos de criação e gestão de órgãos de informação, sobretudo estações de rádio, com o envolvimento das comunidades.

Os antecedentes históricos demonstram que Moçambique foi, durante muito tempo, um país sem fortes tradições em termos de produção e disseminação de informação de interesse público através do envolvimento das comunidades. Desde os primórdios do desenvolvimento da imprensa em Moçambique, entre finais do século XIX e princípios do século XX, a tendência foi a de instalação de jornais de grandes tiragens ou de estações de rádio com emissores de longo alcance.

Regra geral, a opção tem sido quase sempre pelas coisas grandes. Quando se pensa num jornal, pretende-se logo uma enorme redacção; procuram-se logo financiamentos para a compra de viaturas, computadores, impressoras modernas e de elevadas tiragens. Quando se projecta a instalação de uma estação de rádio, no lugar de um estúdio simples e um económico emissor de frequência modulada, pretende-se de imediato um equipamento com um raio de alcance de centenas de quilómetros...

Foi assim que se deu pouca importância aos meios de comunicação de carácter comunitário, ao contrário do que sucedeu com outros países da região austral de África, como a África do Sul, Zimbabwe e Namíbia, onde pequenos jornais e estações de rádio funcionam por exemplo em bairros residenciais e são geridos pelas próprias comunidades.

No período posterior à independência de Moçambique foi notório o surgimento em massa de jornais de parede, uma outra forma, relativamente menos onerosa, de fazer a informação comunitária – em escolas, empresas, locais de residência e outros.

Apesar do carácter verdadeiramente propagandístico que caracterizou a política editorial da maior parte desses jornais de parede – estavam mais virados para a divulgação da ideologia do partido no poder do que propriamente para reportar factos inéditos, de actualidade e de interesse público – poder-se-á dizer que tais iniciativas constituíram um importante ponto de partida em termos de produção e publicação de informação ao nível das comunidades.

Não menos importante foi também a criação no país, entre finais da década de 70 e princípios de 80, em zonas rurais, de pequenas estações munidas de equipamento para a retransmissão, no sistema de amplificação de som, das emissões da Rádio Moçambique e pouco mais. Com efeito, por iniciativa do então Gabinete de Comunicação Social, hoje Instituto de Comunicação Social, em várias aldeias do interior do país foram instalados equipamentos sonoros, como sejam altifalantes, amplificadores de som e receptores de rádio, para a retransmissão das emissões radiofónicas oficiais; apresentação de mensagens, pequenas notícias de interesse comunitário e música. Simplesmente, os programas transmitidos só poderiam ser escutados onde o vento levasse o som saído dos altifalantes, e por outro lado, os ouvintes não tinham a liberdade de desligar tais rádios quando não quisessem ouvir...

Se bem que a guerra tenha contribuído em grande medida para a inviabilização deste projecto – que chegou a ser de grande impacto social numa altura em que nem todas as famílias nas zonas rurais dispunham de um receptor de rádio ou, se o tivessem, provavelmente lhes faltassem as pilhas –, a ausência de uma efectiva participação comunitária na gestão das estações em referência terá sido a principal causa do insucesso. É que o GCS, para além de efectuar a assistência técnica dos equipamentos e formação técnica do pessoal, encarregava-se, ele próprio, de dirigir os operadores dessas rádios; atribuir-lhes estímulos materiais...Por conseguinte, deixavam de ser as comunidades as responsáveis pela gestão das iniciativas que se pretendiam comunitárias; as pessoas que estavam ligadas às estações trabalhavam por dinheiro e em função dos interesses do patronato que, dada a situação política que caracterizava o país na época, precisava de manter o controle sobre o que as pessoas poderiam dizer usando os meios técnicos disponíveis.

No entanto, de 1991 a esta parte, com a aprovação da chamada Lei de Imprensa (Lei 18/91, de 10 de Agosto) foram surgindo em Moçambique, mormente nos principais centros urbanos, várias iniciativas de imprensa comunitária, tanto escrita como radiofónica.

É nesse âmbito que se enquadram as iniciativas comunitárias de radiodifusão ligadas às igrejas (com emissores de FM transmitindo em Maputo, Beira, Quelimane, Nampula...), ao Instituto de Comunicação Social e a diversas associações que nos últimos anos vão surgindo um pouco por todo o país e que, para a materialização dos seus projectos, contam muitas vezes com o apoio de doadores internacionais (são elucidativos os exemplos de Búzi, onde já está no ar uma rádio que tem o financiamento da Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento; Homoine, Cuamba e Chimoio, onde instituições associativas legalmente reconhecidas, representando a sociedade civil, estão a trabalhar com verbas doadas pelo Projecto de Desenvolvimento dos Media da UNESCO). Há também iniciativas de radiodifusão ligadas ao extinto INDER.

Destaque também para os jornais distribuídos por fax ou por correio electrónico (mais concentrados em Maputo e Beira) e os fotocopiados, em papel de tamanho A4, e distribuídos regra geral através de estafetas (estes são editados um pouco por quase todos os principais centros urbanos do país).

Todas estas iniciativas surgiram de certa maneira para responder à cada vez maior necessidade que os cidadãos têm de informação, um direito, aliás, constitucionalmente consagrado, num

país onde nem a radiodifusão e televisão públicas, nem os jornais de grandes tiragens, na sua maioria impressos em Maputo, conseguem cobrir todo o território nacional.

A Constituição da República, no seu artigo 74, consagra que *todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação.*

O CONCEITO DE RÁDIO COMUNITÁRIA

Numa situação como a de Moçambique, onde a maior parte da população vive em níveis de extrema pobreza e, deste modo, não tem condições para comprar um jornal regularmente ou dispor de um televisor; onde a maior parte da população é analfabeta e, logo, não sabe ler nem falar a língua portuguesa; onde a rede de comunicação é deficiente e, dessa maneira, não permite a ampla distribuição de periódicos pelos distritos, localidades, aldeias... as rádios comunitárias apresentam-se, seguramente, como o meio de comunicação social que mais facilmente pode atingir o público destinatário.

Na perspectiva do Projecto de Desenvolvimento dos Medias em Moçambique, que opera ao abrigo de um acordo entre o Governo moçambicano e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a rádio comunitária é aquela que é **da** comunidade, **feita pela** comunidade e **para** a comunidade, definindo-se a comunidade como um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos.

Um documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique (Maputo, 2000) define a rádio comunitária como sendo um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação da comunidade. Esta participação varia de acordo com as condições sociais em que a estação opera.

A finalidade principal de uma rádio comunitária, refere ainda o mesmo documento, é contribuir para o desenvolvimento sócio-económico e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade e o *empowerment* da

comunidade onde está inserida. Uma rádio efectivamente comunitária deve estar na comunidade, servir a comunidade e ser da comunidade.

No guia prático *O que é a rádio comunitária*, publicado pela AMARC África e Panos África Austral, refere-se que a rádio comunitária representa a democratização das comunicações, especialmente em África, pois através dela se cria uma base de participação popular no próprio processo de democratização do continente.

Nesse guia, são indicadas algumas vantagens da introdução das rádios comunitárias para o continente africano:

- ✓ O aspecto da língua será abordado com a introdução de estações comunitárias, dado o grande número de diferentes línguas locais em países africanos. Em África isto não é simplesmente um questão de se as pessoas podem ouvir as radiodifusões, mas pelo contrário, se elas podem ou não compreender as radiodifusões.
- ✓ Aborda aspectos dos direitos humanos através do direito à informação e à comunicação;
- ✓ A maioria do povo em África encontra-se faminto no que se refere à informação. Nos dias que vão correndo na sociedade de informação, a rádio comunitária pode oferecer alguma forma de educação sobre os media, criando uma cultura de informação.
- ✓ Enfatiza a emancipação e a auto-estima.
- ✓ A rádio comunitária pode servir como uma plataforma de debate, intercâmbio de ideias e reacções aos vários planos e projectos. Isto pode acomodar as ideias do povo e satisfazer o seu bem-estar espiritual e psicológico muito melhor do que qualquer outra forma de radiodifusão.
- ✓ Preserva a identidade cultural: com a globalização da informação e o advento de comunicações através de satélite, a rádio comunitária pode oferecer às comunidades uma via económica e fundamental para a protecção da sua língua e da sua herança cultural. A rádio pode também servir como meio de oferecer um padrão à língua.

Através da análise dos conceitos acima referidos, depreende-se que as rádios comunitárias são de uma cada vez maior importância nas sociedades em que vivemos, pois através delas as comunidades passam a ter a sua própria voz.

No continente africano as rádios comunitárias são relativamente recentes. Em 1985, havia pouco mais de dez estações radiofónicas independentes em toda a África mas, na década seguinte, na sequência das rápidas e profundas mudanças sócio-políticas operadas no continente, em 1998 já largas centenas de estações de rádio independentes (incluindo as de gestão do tipo comunitário) estavam em funcionamento.

Esta verdadeira explosão de estações de rádio independentes registada em África sobretudo na década de 90 não só foi positiva do ponto de vista de tornar a informação mais acessível aos cidadãos como também permitiu às populações uma maior participação nos processos de democratização dos respectivos países.

Mais importante se torna a implantação de mais emissoras de rádio quanto se verifique que, segundo estatísticas, em todo o mundo, por cada mil habitantes, há mais aparelhos de rádio do que televisores ou jornais, considerando que a rádio é menos dispendiosa que a televisão e é mais acessível à maioria dos cidadãos.

ESTRUTURA LEGAL

Do ponto de vista de estruturação, evidentemente que cada rádio vai encontrar o modelo que melhor convier ao seu esquema de funcionamento.

Para isso, a comunidade deverá organizar-se previamente, constituindo um órgão que possa cuidar dos interesses da comunidade junto da rádio. Esse órgão pode ser, por exemplo, uma associação da rádio comunitária.

A associação deverá ter os seus estatutos, que definam questões como os objectivos, meios de prossecução de tais objectivos, sócios, órgãos directivos, etc.

O documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique refere que uma rádio comunitária, para o seu funcionamento, precisa de ter um corpo deliberativo, um corpo executivo e um corpo fiscalizador, com a seguinte forma possível de organização:

- a) deliberativo (assembleia geral). Composto por representantes da comunidades e coordenação/direcção da rádio;
- b) executivo ao nível político (comité de gestão);
- c) fiscalizador (conselho fiscal ou comissão de controlo).

Os estatutos de cada rádio comunitária devem definir claramente as funções de cada um dos órgãos directivos, de modo a que cada um saiba o que faz dentro da estrutura orgânica.

Constituída a associação, os seus membros deverão obter o seu reconhecimento legal, junto do Governador Provincial, após o que se fará o registo notarial.

O passo seguinte é a obtenção de licença e da frequência da rádio comunitária. Em Moçambique, o procedimento actual para o pedido de licença da rádio comunitária consiste em apresentar uma proposta respondendo a um conjunto de 12 perguntas, através da qual o Gabinete de Informação (GABINFO) faz uma primeira avaliação da legalidade da entidade requerente e do próprio processo. Em seguida, a documentação é encaminhada para o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM), para a análise dos aspectos técnicos. Compete ao INCM a atribuição das frequências para as rádios. O alvará das rádios é atribuído pelo Conselho de Ministros.

CAPÍTULO II

CONCEITO E METODOLOGIA DA UNESCO-MOÇAMBIQUE

Conforme foi referido no capítulo anterior, ao abrigo de um acordo estabelecido com o Governo moçambicano, a UNESCO está a desenvolver um projecto de apoio ao desenvolvimento dos medias no país.

O objectivo imediato 10 do Projecto de Desenvolvimento dos Media em Moçambique prevê o apoio ao estabelecimento de até pelo menos dez rádios comunitárias no país, destinadas a dar voz às comunidades locais, para o desenvolvimento da democracia por meio de discussões abertas, visando a resolução de problemas de desenvolvimento social, económico e cultural dessas mesmas comunidades.

Para a implementação desta componente, o Projecto Media da UNESCO adoptou uma estratégia através da qual ficou estabelecida uma fase piloto de apoio à criação de três estações de rádio comunitária, nas regiões Norte, Centro e Sul do país, representadas pelos distritos de Cuamba (Niassa), Chimoio (Manica) e Homoine (Inhambane). Os locais foram escolhidos após um trabalho de consultoria para o efeito encomendado, para a avaliação das condições materiais, técnicas e sócio-económicas desses locais. Esta fase foi posteriormente apelidada de *onda um*.

A *onda dois* viria a arrancar em Fevereiro de 2000, após a publicação de um anúncio público convidando organizações cívicas nacionais e com orientação comunitária a submeterem candidaturas para apoio ao estabelecimento de rádios comunitárias.

Um total de 18 candidaturas foram submetidas ao Projecto Media no prazo previamente estabelecido e três outras mais tarde.

O Projecto Media constituiu um grupo independente de avaliação das propostas, que após várias reuniões sugeriu o apoio ao estabelecimento de cinco rádios comunitárias de raiz: União Geral das Cooperativas, UGC (Bagamoyo, em Maputo), Liga dos Escuteiros de Moçambique, LEMO (Matola, em Maputo), Programa de

Solidariedade da Zambézia, PSZ (Milange, na Zambézia), Associação dos Serviços Comunitários, ASSERCO (Dondo, em Sofala) e Amanhecer-Coop (Metangula, no Niassa).

Nas comunidades de Homoine e Cuamba, após o estudo preliminar que deu luz verde para o começo da implementação desta fase piloto, seguiu-se uma segunda etapa, de mobilização social, levada a cabo pelo Projecto Media. O objectivo era o de incentivar o sentido de propriedade local, através do envolvimento das comunidades na criação de associações que as permitem tornar-se proprietárias das futuras rádios comunitárias. Nestes dois sítios, foram eleitos comités instaladores de associações de rádio comunitária.

No caso particular de Chimoio, onde o parceiro directo do Projecto Media é uma já estabelecida organização não-governamental da área de comunicação para a educação e desenvolvimento (o Grupo Social de Manica – GESOM), o trabalho de mobilização social tomou características diferentes, tendo sobretudo consistido na avaliação e confirmação das filosofias de participação comunitária nas diferentes realizações educativas desta organização. Esta avaliação foi feita directamente no local pela equipa de gestão do Projecto, junto do conselho de direcção da GESOM, em Chimoio.

O passo seguinte foi o registo legal das associações, no caso vertente de Homoine e Cuamba, de modo a que fossem reconhecidas juridicamente e se possa perpetuar, por assim dizer, a sua existência e garantir que instituições como o Gabinete de Informação e o Instituto Nacional de Comunicações possam atribuir, respectivamente, a licença e a frequência para as rádios.

A obtenção da frequência e do alvará é um processo que envolve quatro aspectos, a saber:

- ◆ o reconhecimento da existência legal da associação pelo Gabinete de Informação, órgão sob tutela do Primeiro Ministro;
- ◆ a alocação da frequência (em FM) pelo Instituto Nacional das Comunicações;
- ◆ a emissão do alvará pelo Gabinete de Informação;
- ◆ finalmente, o Conselho de Ministros aprova e assina o processo e toma as devidas decisões.

Enquanto os primeiro três procedimentos levam entre um e dois meses, o último, de formalização e confirmação ao mais alto nível governamental, pode levar entre seis e doze meses.

Neste processo, surgiu, posteriormente, a necessidade de distinguir as associações das próprias estações de rádio e isso levou ao estabelecimento de órgãos gestores das futuras rádios comunitárias, como são os casos dos comités de gestão, de mobilização comunitária, dos grupos editoriais, entre outros.

No seu funcionamento, estes órgãos obedecem às políticas e, principalmente, à missão definida pela associação, enquanto proprietária da rádio, e coordenam a sua execução pelos funcionários da rádio, sejam eles assalariados ou voluntários.

A formação reveste-se, igualmente, de importância extrema em todo o projecto, dado que esta componente visa a criação de bases sustentáveis para o funcionamento, consolidação e permanência duradoura da estação.

Na base de um levantamento de necessidades na área de formação, a UNESCO desenhou um programa de formação a três níveis, designadamente:

- Cursos formais, abarcando as áreas de gestão, programação, pesquisa de audiência, manutenção preventiva e técnica. São cursos normalmente organizados pelo NSJ para o Projecto Media, em que tomam parte três a cinco pessoas de cada comunidade.
- Cursos informais, através do processo de orientação, tendo como alvo e incluindo todos os potenciais voluntários numa certa comunidade. Para tal, os orientadores trabalham nas diferentes comunidades. Trata-se de um processo aberto a todos os voluntários, não havendo limitação quanto ao número de participantes.
- Formação por observação, isto é, através do contacto directo com outras realidades. Este tipo de formação tem lugar como parte dos cursos formais, em que, quando possível, se incluem visitas de campo, a outras rádios, etc. As comunidades têm, igualmente, planificado visitas a estações de rádios comunitários, religiosas, comerciais e públicas.

A formação do pessoal apresenta-se de tal modo importante que é pensamento do Projecto Media da UNESCO a montagem de uma estação de treino de rádio comunitária, que garanta a capacitação contínua de um maior número de pessoas na comunidade.

A ideia é que se transforme uma das rádios comunitárias da *onda um* em estação de treino. Esta não irá substituir, mas

complementar e fortalecer as outras actividades de formação realizadas em cada estação.

O dia-a-dia das rádios comunitárias é vivido de forma criativa e a sua efectividade inclui a compreensão e implementação dos seguintes aspectos:

- ◆ Definição clara da missão;
- ◆ Definição da comunidade a quem a estação pretende servir;
- ◆ Dinamismo e participação de todos os sectores da grande comunidade;
- ◆ Avaliação contínua da sua programação dentro dos grupos editoriais e na estação;
- ◆ Relacionamento sólido e salutar entre a associação das rádios comunitárias e outras estruturas;
- ◆ Definição de políticas para a actividade dos voluntários, formação, etc.

Uma importante fonte de inspiração para as rádios comunitárias ora em criação pode ser o seu envolvimento nas actividades da AMARC.

A AMARC é uma associação internacional de rádios com orientação comunitária. Para além das actividades globais internacionais iniciadas na sua sede em Montreal, no Canadá, organiza actividades a nível regional.

O continente africano é coberto pelo escritório da AMARC sediado em Joanesburgo, na África do Sul, o qual organiza encontros, como seminários, workshops e cursos de formação, dos mais diversos temas, desde técnicas inovadoras a métodos interessantes de produção de programas. As actividades são organizadas quer em inglês quer em português.

Paralelamente, a rede de mulheres de rádios comunitárias, que em Março de 2001 realizou o seu encontro constitutivo em Chimoio, pode constituir uma base de apoio não só das mulheres e dos seus programas específicos nas estações emissores, mas também para facilitar o fortalecimento geral dos grupos de trabalho.

Em suma, as rádios comunitárias devem procurar capitalizar uma das suas grandes importâncias: o facto de serem o meio de comunicação social mais democrático, participativo e imaginativo.

CAPÍTULO III

AS RÁDIOS, DE HOMOINE A CUAMBA

Três rádios comunitárias financiadas pelo Projecto da UNESCO de Desenvolvimento dos Media em Moçambique estão em processo de instalação, numa fase piloto, em Homoine (província de Inhambane, zona Sul do país), Chimoio (província de Manica, zona Centro) e Cuamba (província do Niassa, zona Norte).

Trata-se, esta, de uma experiência ímpar em Moçambique, através da qual o conceito de rádio comunitária (uma rádio feita pela comunidade e dirigida à comunidade) assume o seu verdadeiro significado. O projecto pretende que as comunidades possam contribuir, elas próprias, para fortalecer a democracia e boa governação através do fortalecimento dos meios de comunicação social.

As três rádios foram criadas com o envolvimento das próprias comunidades (lideranças políticas e tradicionais, associações sócio-profissionais, igrejas, empresariado, jovens e adultos de diferentes ocupações profissionais), que desde a primeira hora se entregaram de forma abnegada quer na criação de condições que levariam à constituição das associações das rádios comunitárias quer ao início do treinamento do pessoal (voluntário) que vai operar nas futuras estações radiofónicas.

É evidente que as diferentes características, sobretudo ligadas ao desenvolvimento sócio-económico dos locais escolhidos para a instalação das três rádios comunitárias, levaram a que nem todas as iniciativas crescessem de forma igual.

Nas cidades, as condições existentes permitiram, por exemplo, que se fizesse um trabalho de preparação do pessoal de forma mais consistente que numa sede distrital.

No entanto, o desejo de ter a rádio *no ar* é o mesmo em todos os três locais escolhidos para a *Onda Um* do projecto da UNESCO de criação de rádios comunitárias em Moçambique.

Para melhor se compreender a história de todo o projecto das rádios comunitárias, afigura-se importante uma incursão pelos processos que caracterizaram o nascimento e crescimento de cada uma das iniciativas, incluindo informação significativa sobre as cidades e/ou distritos onde estas se localizam.

RÁDIO COMUNITÁRIA DE HOMOINE

Homoine, na província de Inhambane, cuja sede distrital fica localizada a cerca de 24 quilómetros da cidade da Maxixe, tem uma população de 92.796 habitantes, segundo dados do último censo populacional moçambicano.

A sua população, constituída em mais de metade por pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, é praticamente equivalente a 50 por cento da população de Massinga, o distrito mais povoado da província de Inhambane (que tem 186.650 habitantes).

À semelhança do que se verifica com a maior parte das zonas rurais do país, Homoine é um distrito essencialmente agrícola, tendo como principal recurso económico a produção e comercialização do caju. As restantes culturas, incluindo a do coco, são complementares e de subsistência.

Flagelado por anos de conflito armado, como grande parte do país, o distrito de Homoine ressentiu-se em termos de desenvolvimento da sua actividade agrícola – só nos últimos tempos é que se está a reavivar a produção do caju, numa acção que inclui a pulverização do cajual existente e a plantação de novas árvores.

Aliás, no dizer do administrador do distrito, Miguel Feliz Pinto, *só através da produção do caju é que Homoine poderá sair da pobreza*. Acredita-se que grande parte das famílias locais dispõe de um cajual. Os rendimentos obtidos no caju podem contribuir para o aumento significativo do ainda baixo poder de compra das populações, o que, conseqüentemente, pode ajudar a tornar mais dinâmica a actividade comercial.

Na área social, o distrito até vai bem: tem escolas primárias completas (que leccionam da primeira à sétima classe) em todas as oito localidades, um hospital rural na própria vila-sede e centros ou postos de saúde que já permitem diminuir as distâncias que os cidadãos têm de percorrer para beneficiarem de cuidados sanitários.

O acesso à sede do distrito de Homoine, a partir da estrada nacional número 1, faz-se com relativa facilidade, havendo carrinhas de transporte semi-colectivo de passageiros, os vulgarmente conhecidos por *chapa-cem*, que saem da Maxixe pelo menos de meia em meia hora.

O sonho de se instalar uma rádio comunitária em Homoine vem de há muito tempo – da época em que Maxixe não passava de um pequeno aglomerado de casas e Homoine assumia-se como a

mais importante vila de toda aquela zona em que se localiza. Simplesmente, o sonho nunca passou mesmo de sonho. Pelas mais variadas razões, uma das quais tem a ver com a questão da inexistência de fontes de financiamentos para um projecto tão ambicioso como o de montagem de uma estação radiofónica.

Embora Homoine nunca se tenha ressentido bastante da falta de uma rádio local – a Rádio Moçambique, através das suas emissões transmitidas a partir de Inhambane e Maputo, é facilmente captada no distrito – os seus habitantes nunca deixaram de pensar que uma rádio baseada no distrito *far-nos-ia muito jeito...*

Conforme contou Júlio Maurício Jombosse, de 36 anos, docente de profissão, director do Centro de Formação de Professores Primários de Homoine e vice-presidente da Associação da Rádio Comunitária (ARCO), quando já nos últimos meses de 1999 se tomou conhecimento da existência de um projecto da UNESCO ligado às rádios comunitárias, que incluía Homoine, foi o vislumbrar de uma luz no fundo do túnel.

Tudo começou em Janeiro de 1999, quando um consultor da UNESCO, Eduardo Namburete, deslocou-se à vila-sede de Homoine, para uma primeira avaliação das condições sociais e económicas da comunidade local e do distrito no seu todo, bem como do nível de dotação em infra-estruturas básicas como energia eléctrica, telecomunicações, etc. Dessa missão, que consistiu numa série de entrevistas e inquéritos com diferentes segmentos sociais locais – incluindo autoridades tradicionais, líderes religiosos, partidos políticos, grupos organizados de cidadãos e as autoridades da administração pública – resultou a recomendação de que a UNESCO deveria considerar Homoine como elegível para o projecto de uma rádio comunitária.

Agendou-se, então, o primeiro encontro entre um enviado do Projecto Media UNESCO e representantes da comunidade de Homoine (na ocasião estiveram presentes 15 pessoas, que acabariam por constituir o grupo dos membros fundadores da comissão instaladora, que mais tarde se viria a transformar em associação da rádio comunitária).

Foi preciso dar os primeiros passos: explicar às populações o objectivo que se pretendia atingir; mobilizar mais membros para o projecto e criar as bases para a constituição legal de uma associação de rádio comunitária.

Como se pode imaginar, não havia quaisquer experiências em termos de criação de uma rádio comunitária. Mesmo após a

apresentação das ideias básicas por parte do Projecto Media da UNESCO, não estavam muito claras questões como qual seria o esquema de gestão comunitária de uma rádio *que pertence a todos*. Mas, em face da oportunidade que acabava de ser criada, era preciso colocar o guizo ao gato...

Enquanto se fazia a mobilização das comunidades e a angariação dos fundos para as despesas iniciais (os que iam aderindo à iniciativa pagavam uma jóia de cinquenta mil meticais e uma quota mensal de cinco mil meticais), algumas pessoas relativamente mais habilitadas, na falta de juristas credenciados, começaram a fazer pesquisas no sentido de encontrar bases que permitissem a elaboração de um estatuto para a associação que se pretendia criar. Aí o mais importante não era fazer um texto bonito; era, acima de tudo, registar de forma clara o que se pretendia que fosse a associação da rádio comunitária

Nenhuma das actividades iniciais se apresentou fácil.

Pedro Francisco, professor, director da Escola Secundária 25 de Setembro e presidente do comité de gestão da ARCO, disse que, apesar do entusiasmo com que as populações receberam a notícia da eventual instalação de uma estação radiofónica no distrito, não foi fácil angariar membros para a associação. *Alguns achavam um pesadelo essa coisa de gerir uma rádio*, explicou. Talvez até preferissem uma rádio com dono, que a população apenas escutasse, sem se preocupar com questões de gestão. Para além de que se estava a fazer a mobilização sobre algo abstracto, dado que ainda não havia respostas para muitas das questões que eram levantadas.

Na fase inicial, os indivíduos que aderiam como membros da associação eram essencialmente jovens desempregados mas, à medida que a comunidade foi verificando tratar-se, o projecto, de algo sério, a situação mudou, de tal forma que hoje a rádio de Homoine conta com um mais diversificado universo de associados – entre trabalhadores, proprietários, líderes políticos e comunitários.

Frederico Manuel Cândido, chefe do sector da actividade interna do partido Frelimo no distrito, relata que as populações locais paulatinamente foram entendendo a importância de se tornarem membros contribuintes de um projecto de grande impacto social na área, mesmo sabendo de antemão que não iriam obter dividendos directos dessa situação – numa associação do género, sem fins lucrativos, não se espera que, no final do ano, se faça a distribuição de dividendos entre os membros.

O secretário do comité de gestão da ARCO, Agostinho Roberto Buque, padre da Igreja Anglicana, acredita que, quando a rádio estiver em funcionamento, o número de membros da associação poderá crescer significativamente. *Já temos estado a sentir um apoio valioso da comunidade, numa fase em que ainda só se fala da rádio. Quando esta já estiver operacional, seguramente que a ajuda da população vai aumentar, de modo a que esta rádio, que é de toda a comunidade, se possa manter sempre em actividade.*

Paralelamente, no início da caminhada, *pouco conhecíamos destas coisas de leis*, razão pela qual a elaboração dos estatutos da associação levou mais tempo do que seria de desejar.

Quando começaram as primeiras discussões em torno do que se pretendia que fosse a associação da rádio comunitária, não havia ideias claras entre os seus membros. Não se sabia, por exemplo, como seria estruturada a agremiação. Uns achavam melhor que se fizesse como nos clubes: uma mesa da assembleia geral, com três ou quatro elementos; uma direcção executiva, mais alargada, e um conselho fiscal, também com três ou quatro pessoas. Outros preferiam nomes diferentes para os órgãos directivos, tendo, contudo, mais ou menos a mesma constituição.

Os debates foram *quentes*, sobretudo entre os elementos que tinham ficado com a responsabilidade de apresentar a proposta de estatutos. As contribuições vindas do pessoal do Projecto Media da UNESCO terão sido muito úteis em todo o processo.

Finalmente, e já nos primeiros meses do ano 2000, foi possível ter pronta a versão definitiva dos estatutos da associação.

O passo seguinte era o da oficialização da associação. Graças aos poucos fundos que já tinham sido colectados (dos associados e de alguns comerciantes locais, que contribuíram, cada um, com 250 mil meticais), foi possível tratar da documentação necessário para efeitos de registo notarial da associação – certidões de registo criminal, fotocópias autenticadas dos Bilhetes de Identidade – e pagarem-se as despesas inerentes aos custos legais e à própria viagem para a cidade de Inhambane das dez pessoas que iriam assinar a acta constitutiva.

Posteriormente, já com a associação legalizada, foi constituído o respectivo comité de gestão, composto por 15 membros.

Na realidade, foram os próprios membros fundadores que mais trabalharam na fase inicial da iniciativa.

No dizer de Pedro Francisco, inicialmente as pessoas *não tinham muita fé* no projecto; julgavam-no igual a muitos outros que só têm princípio e não têm meio nem fim.

Foi preciso que a realidade mostrasse o contrário para que se despertasse o interesse das comunidades de Homoine em relação à iniciativa.

Os primeiros seminários realizados em Maputo no âmbito do projecto de criação das rádios comunitárias, nos quais participaram representantes das três associações, constituíram o primeiro passo realmente visível da iniciativa: numa vila pequena como a de Homoine, facilmente se espalhou a notícia de que fulano e beltrano foram à capital do país participar num curso sobre *como começar e gerir uma rádio comunitária*.

Afinal, em face de toda essa movimentação, era ou não era uma coisa séria? – perguntavam-se, entre eles, certamente, os mais cépticos.

Mais visível se tornou ainda o projecto quando começou a reabilitação do imóvel da rádio comunitária, um edifício com a fachada frontal circular cedido pelo governo distrital; a aquisição de mobiliário de escritório, computador, fotocopiadora...mais tarde a compra de motorizadas e bicicletas. (A propósito da casa, que foi entregue quase em ruínas, a Associação da Rádio Comunitária está a estabelecer contactos com vista a obter o título de posse ou outro documento similar, que garanta, preto no branco, que o edifício é propriedade da ARCO. Não vá algum governante no futuro tentar reaver a infra-estrutura assim sem mais nem menos e depois de realizados grandes investimentos nas obras de reabilitação).

O próprio nível de adesão de voluntários às acções de formação de pessoal para trabalhar na rádio comunitária foi um exemplo concreto de como a iniciativa estava a ganhar aceitação junto das comunidades.

Porém, nem todos compreenderam no início a filosofia de funcionamento de uma rádio comunitária. Muitos dos voluntários que logo no princípio se juntaram à iniciativa faziam-no tendo em vista um futuro emprego, eventualmente bem remunerado (nem era para menos: *então, a rádio não está a ser financiada por um organismo das Nações Unidas?*).

Confrontados com a realidade – os voluntários não teriam salários e ainda por cima deveriam tornar-se membros da associação, pagantes de quotas mensais – muitos começaram a afastar-se da rádio. Os que ficaram, esses, arrancaram com o seu

processo de formação, que incluiu, em Abril de 2000, um curso de duas semanas na Beira. *Foi um grande estímulo para os que viajaram mas ao mesmo tempo um transtorno para os que ficaram*, recorda Júlio Jombosse.

Pouco a pouco os próprios voluntários foram entendendo melhor o processo, de tal modo que muitos se tornariam nos principais dinamizadores das acções de mobilização da comunidade e das pesquisas de audiência, nas quais as pessoas, para além de serem informadas da criação de uma rádio comunitária no distrito, eram chamadas a darem as suas contribuições em relação ao que gostariam que fosse essa rádio – horários de emissões, línguas utilizadas, tipos de música e de programas de interesse, etc.

Hoje em dia, a expectativa é tão grande que muita gente acha mesmo que a rádio está a demorar *bastante* a entrar em funcionamento. Só poucos, nomeadamente aqueles que acompanham de perto os passos que têm vindo a ser dados, entendem o quão necessário é todo este longo percurso de preparação de condições, incluindo a sólida formação de pessoal (entre jornalistas, locutores e técnicos) e o estudo dos hábitos de audiência, de modo a que a rádio possa estar *no ar* já com a maior parte das arestas limadas.

RÁDIO COMUNITÁRIA GESOM (CHIMOIO)

Na cidade de Chimoio, capital da província de Manica, está a ser instalada uma rádio comunitária com características diferentes das de Homoine e Cuamba. Trata-se de uma iniciativa que está a nascer dentro de uma associação de educação cívica que já existia há mais tempo – a GESOM (Grupo de Educação Social de Manica). Simplesmente, para poder corresponder à filosofia do Projecto Média da UNESCO, foi preciso integrar uma componente comunitária na já existente associação.

A própria cidade de Chimoio tem também características diferentes das duas outras áreas escolhidas para acolher a *Onda Um* das rádios comunitárias.

Chimoio é uma pequena capital provincial, com 172.506 habitantes, segundo o recenseamento populacional de 1997 (quase o dobro da população de Homoine). Tem uma óptima localização

geográfica, ao longo do chamado corredor da Beira, que liga por via rodoviária e ferroviária o porto da capital de Sofala à vizinha República do Zimbabwe.

A cidade, que goza da fama de ser uma das mais limpas do país, está dividida em 33 bairros e três localidades urbanas. Dispõe de um bom parque industrial, uma forte componente comercial, incluindo a área de prestação de serviços, e alguma actividade agrícola na periferia. No entanto, em muitos aspectos, como por exemplo a compra de bens alimentares ou peças para viaturas, exames médicos mais complicados, os cidadãos vezes sem conta recorrem aos mercados da Beira ou de Mutare (este último no Zimbabwe).

A população de Chimoio é de um *razoável* nível de escolaridade. A cidade dispõe de 33 escolas primárias, escolas de artes e ofícios, secundárias, pré-universitária e comercial e industrial e ainda um centro de formação de professores primários.

Na área de cuidados sanitários, há um hospital provincial e numerosos postos e centros de saúde. Está em perspectiva a construção de um hospital geral, que se pretende possa vir a acolher parte dos doentes que afluem actualmente ao hospital provincial.

A cidade está em franca expansão. Há um elevado índice de construção de casas, embora o presidente do respectivo Conselho Municipal, Dário Hurekure Tomás Jane, reconheça que se esteja a registar uma ocupação *desordenada* dos espaços físicos, sendo por isso necessário urbanizar algumas zonas que têm características marcadamente rurais e reordenar outras.

O acesso à informação está relativamente facilitado em Chimoio. As emissões da Rádio Moçambique sintonizam-se facilmente, quer através do Emissor Provincial de Manica, quer através da Emissão Nacional e de outros emissores provinciais. As emissões da Televisão de Moçambique são igualmente captadas na cidade. Há um pequeno jornal local publicado semanalmente: o Megajornal. Os jornais editados na Beira e em Maputo, beneficiando das facilidades em termos de transporte, chegam todos os dias a Chimoio.

Com este cenário, acredita-se que a rádio ora em criação venha a encontrar maiores dificuldades de inserção na comunidade, quando comparado com os casos de Homoine e Cuamba, onde não há concorrentes.

Mas nem por isso a notícia da eventual criação de uma rádio comunitária deixou de ter um grande impacto na cidade. Os

cidadinos estão todos na expectativa. Digamos que já assumiram a importância da rádio, não só como um meio de informação alternativo aos do sector público, mas, sobretudo, como um meio que lhes possa ajudar a resolver os principais problemas com que se debatem no seu dia-a-dia.

Hoje, alguns dos programas do Emissor Provincial da Rádio Moçambique em Manica praticamente viraram uma tribuna onde os cidadãos vão apresentar queixas, reclamações e sugestões. Nuns casos, os visados, maioritariamente funcionários e dirigentes da função pública e que seguramente não querem ver o seu bom nome posto em causa, procuram corrigir a situação; noutros, fazem simplesmente ouvidos de mercador, como quem diz: *deixa o povo falar; eu estou bem tranquilo no meu posto de trabalho.*

Os líderes comunitários acham, então, que o surgimento de mais uma rádio em Chimoio é benéfica não só como (mais) um veículo de comunicação e informação mas também como um meio de pressão para ajudar a resolver os principais problemas que afectam os cidadãos.

Acreditam que a rádio comunitária pode vir a desempenhar, pelo menos em prol da cidade de Chimoio, um papel mais importante que o do emissor local da RM. Por exemplo, o presidente do Conselho Municipal de Chimoio, Dário Jane, acha que a estação pública tem nas suas emissões poucos espaços efectivamente dedicados à autarquia – sabido que se trata de uma rádio com um âmbito de acção mais alargado.

Por isso, com uma rádio da cidade, poderemos ouvir mais dos munícipes e eles de nós. Haverá maior participação dos munícipes na gestão da cidade e os órgãos do poder local poderão trabalhar com maior responsabilidade, defende o presidente do CMC.

Beneficiando do próprio nível de organização e de profissionalismo que caracteriza a GESOM, a rádio comunitária de Chimoio enfrentou menores dificuldades no processo da sua criação.

A GESOM é uma associação que nasceu por iniciativa pessoal de Sérgio Silva, um antigo técnico de som da Rádio Moçambique e repórter-fotográfico de mão cheia.

Inicialmente, Sérgio Silva criou o CIMA (Centro de Imagem de Manica), local onde podia desenvolver e mostrar ao público os seus trabalhos fotográficos. Mais tarde, foi integrada a componente audiovisual. Em 1995 foi constituída a GESOM, associação para a educação social, abarcando áreas como o meio ambiente, saúde e promoção cultural.

Nos últimos anos, a associação desenvolveu inúmeras actividades nas áreas para as quais está vocacionado. É na sequência da vontade de alargar o seu raio de acção, isto é, realizar os seus programas de educação cívica para um maior número de pessoas, que surgiu entre os membros da GESOM a ideia de se de instalar uma estação de rádio comunitária.

Inicialmente, o projecto de instalação de uma rádio comunitária havia sido apresentado pela GESOM a um dos seus principais parceiros, a Fundação Ford (norte-americana), mas, no dizer de Taibo Assane, chefe da administração e finanças e substituto de Sérgio Silva, coordenador da associação, optou-se pelo programa proposto pela UNESCO, *que se apresentava mais amplo*, através, por exemplo, da cobertura de áreas como as de formação de pessoal e apoio na elaboração de políticas editoriais para a rádio.

Em Março de 2000 foi assinado um contrato de financiamento de actividades entre a UNESCO e a GESOM, no sentido de se instalar uma rádio comunitária em Chimoio. A partir daí começou o trabalho nesse sentido.

Assane conta que, apesar de todas as condições técnicas e humanas de que a GESOM já dispunha, o processo não foi fácil, na sua fase inicial. *Tivemos noites de insónias e guerras com a própria UNESCO, mas acabamos por chegar ao necessário entendimento.*

Um dos principais problemas tinha a ver com a ideia (dos representantes do Projecto Media da UNESCO) de se efectuarem alterações ao organigrama de uma associação (a GESOM) já legalizada e com alguns anos de vida. Por exemplo, os financiadores exigiam a criação de um comité de gestão da rádio que tivesse o envolvimento da comunidade.

Isto fugia um pouco às nossas perspectivas, recorda Taibo Assane. Mas após dias de intensos debates, chegou-se a um entendimento: a parte técnica e de gestão financeira ficaria a cargo da GESOM e a parte da gestão editorial ficaria à responsabilidade comunidade, representada na associação através de um comité de gestão da rádio.

Tornou-se necessária a definição dos procedimentos inerentes à integração dos representantes comunitários na estrutura da associação. Optou-se por uma assembleia geral com os líderes das diferentes áreas da comunidade, durante a qual se constituiu um comité instalador da rádio.

Só não foi preciso elaborar estatutos novos, já que a GESOM era uma associação legalmente reconhecida. Fez-se apenas a

integração da vertente comunitária na gestão de uma das várias iniciativas que o grupo desenvolve.

A meta é que a gestão global da rádio (editorial, técnica e financeira) possa vir a passar, um dia, para as mãos da comunidade de Chimoio.

Hobana Uilissone Matessa, vereador para a administração territorial, gestão urbana e ambiental do Conselho Municipal de Chimoio e presidente do comité comunitário instalador (que representa a sociedade civil) da rádio comunitária da GESOM, acha que a integração do projecto de radiodifusão numa associação já com raízes e reconhecido trabalho na área de educação cívica tornou mais fácil a sua execução.

Desde os primeiros encontros que mantivemos com elementos do Projecto Media da UNESCO que compreendemos a necessidade do envolvimento da comunidade no projecto da rádio comunitária. Mas sempre sentimos que, pelo trabalho que já vinha realizando, a GESOM era uma agremiação que poderia merecer a nossa confiança, lembra Hobana Matessa.

Neste momento, ainda está em fase de constituição o comité comunitário definitivo. O comité instalador, cuja direcção tem um presidente, um vice-presidente e um mobilizador, integra oito membros, representando o poder local, associações cívicas, líderes comunitários, organizações femininas e os próprios voluntários da rádio.

Está já em fase de discussão o esquema que norteará a constituição do comité comunitário definitivo para a rádio. Subsistem dúvidas em relação à maneira como se pode garantir a integração no comité em referência de representantes das diferentes esferas da comunidade. Acredita-se que, através dos debates ora em curso, se possa chegar a um pensamento comum, *que leve à escolha dos membros num processo democrático simples e que não crie confusões.*

Pelo que se pode depreender, Chimoio não enfrentou muitas dificuldades em termos de constituição e legalização da associação responsável pela gestão da rádio comunitária. O processo arrancou já com meio caminho andado. A própria GESOM é um grupo com vasta experiência no capítulo de trabalho associativo e de educação cívica comunitária.

RÁDIO COMUNITÁRIA DE CUAMBA

Em Cuamba, na província nortenha do Niassa, também está em curso um projecto de instalação de rádio comunitária. A respectiva associação foi formalmente reconhecida pelo governador da província a 24 de Fevereiro de 2000.

Embora seja considerada a capital económica da província do Niassa, Cuamba é praticamente uma ilha isolada do resto do país. Dado o mau estado em que se encontram as estradas, o principal meio de ligação com a cidade, via Nampula, é o comboio (de passageiros ou mercadoria) que circula diariamente. A ligação com a capital provincial é relativamente mais complicada, sobretudo na época chuvosa, quando as estradas se tornam praticamente intransitáveis.

Em Cuamba está instalado grande parte do parque comercial e hoteleiro da província do Niassa. No entanto, a população do distrito, estimada em 127 mil habitantes, segundo o censo de 1997 (dos quais 57.205 vivem na área autárquica) é predominantemente camponesa, sendo o comércio (informal) a segunda actividade económica mais importante. Nos mercados podem se encontrar, a vender os seus produtos, pessoas das mais variadas nacionalidades – desde malawianos, passando por tanzanianos, burundeses, ruandeses...

Em termos de educação, a cidade é relativamente privilegiada: tem escolas desde o nível primário ao superior (há, em Cuamba, uma faculdade de agricultura da Universidade Católica de Moçambique, embora poucos estudantes locais frequentem este estabelecimento de ensino).

Na área de cuidados sanitários, existe na cidade um hospital rural (com capacidade para internar 80 doentes) e 12 postos de saúde.

Um dos maiores problemas de Cuamba tem a ver com o acesso à informação. As emissões da Rádio Moçambique sintonizam-se com muitas dificuldades, por um lado devido à característica montanhosa da região e, por outro, devido à fraca capacidade do Emissor Provincial do Niassa. No período nocturno, com dificuldades, ainda é possível escutar a RM, através de Nampula ou Quelimane. As rádios mais ouvidas pela população local, por falta de melhor opção, são

estrangeiras: malawianas ou tanzanianas. Pouco ou quase nada trazem da realidade moçambicana.

Na cidade não se produz qualquer jornal. Os jornais editados em Maputo chegam em pequenas quantidades e com muitos dias de atraso, devido aos problemas de transporte.

O próprio presidente do Conselho Municipal de Cuamba, Teodósio Simão Uatata, diz não perceber como é que um distrito vizinho, o de Mandimba, sem grande projecção em termos económicos, *e onde existem três ou quatro televisores*, disponha de uma estação de televisão financiada pelo então Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDER), enquanto Cuamba nem uma estação de rádio conseguiu ter em funcionamento, pelo menos até ao momento.

A ideia de se instalar uma rádio em Cuamba já vem desde a época colonial. Houve inclusivamente um edifício que foi construído na cidade com este propósito. Mas a luta de libertação de Moçambique terá feito gorar as perspectivas de se estabelecer uma estação de rádio local.

Só em 1999 se reactivou o sonho de se montar uma rádio em Cuamba, na sequência dos contactos então estabelecidos por representantes do Projecto Media da UNESCO.

As chamadas forças vivas da sociedade rapidamente se organizaram para responder às exigências de um projecto de tamanha envergadura, um verdadeiro desafio para as populações de Cuamba proposto pela UNESCO.

Alguns líderes tradicionais de Cuamba acreditam mesmo que se tratou, esta escolha feita pela UNESCO no âmbito da fase piloto de instalação das rádios comunitárias, de uma *dádiva de Deus*. Eles fazem até questão de tratar normalmente o Projecto Media como *o nosso pai*, o qual *até que enfim se lembrou que o distrito de Cuamba precisa de uma estação de rádio local*.

Apesar deste entusiasmo popular, o processo de instalação da rádio comunitária de Cuamba está a passar por caminhos espinhosos.

Miqueias Francisco Sigaúque, gerente do Banco Comercial de Moçambique em Cuamba e primeiro presidente do comité instalador da rádio comunitária local, conta que, quando tudo começou, estava-se ainda em 1999, havia grandes expectativas no seio das comunidades.

Em Abril de 1998, um outro consultor contratado pela UNESCO, Francisco Tembe, realizou em Cuamba uma primeira

avaliação das condições sócio-económicas e organizativas da comunidade local, através de uma série de reuniões sectoriais, entrevistas e inquéritos junto dos mais variados segmentos sociais locais.

Em resposta às recomendações produzidas por este estudo de terreno, a equipa gestora do Projecto dos Media da UNESCO realizou a sua primeira viagem oficial a Cuamba, em Julho do mesmo ano. Várias reuniões sectoriais orientadas pela equipa da UNESCO culminaram com uma reunião geral, no final do qual cerca de 50 pessoas elegeram um comité instalador (da futura associação) composto por 15 membros. Foi nessa reunião que Sigaúque, representando a Igreja Presbiteriana, foi eleito presidente deste mesmo comité instalador.

Sabíamos que teríamos pela frente uma longa e dura caminhada, recorda, mas a forte vontade de montarmos uma rádio em Cuamba venceu os obstáculos iniciais.

Logo de início ficou evidente a necessidade de se criar um comité de gestão e uma direcção executiva para a rádio, de forma a que esta melhor fosse dirigida.

Verificou-se, na altura, que sendo a associação que se estava a criar um órgão que representa várias sensibilidades, impunha-se que os membros directivos *fossem o espelho de disciplina e honestidade*, de forma a que granjeassem a confiança da comunidade.

António Correia, que já tinha editado um pequeno jornal, o *Cuamba Hoje*, foi escolhido para coordenador da rádio comunitária.

Ao mesmo tempo que se estruturavam os órgãos directivos, nomeadamente um comité de gestão, tal como havia sido proposto pelo Projecto Media da UNESCO, preparavam-se os estatutos da associação. A constituição de uma associação é fundamental para se requerer o alvará para a abertura de uma estação radiofónica, o qual é concedido pelo Conselho de Ministros, bem como a frequência em que a rádio transmitirá, a qual por sua vez é concedida pelo Instituto Nacional das Comunicações. Recolheram-se então ideias entre os membros, juntaram-se muitos documentos que falavam de outras rádios comunitárias, incluindo estrangeiras. Com a importante ajuda de uma professora (da organização religiosa portuguesa Leigos para o Desenvolvimento) em serviço na escola pré-universitária local, foi possível avançar-se na elaboração do anteprojecto de estatutos.

No entanto, Sigaúque, que na altura presidia ao comité instalador da rádio comunitária de Cuamba, acha que o processo não correu *de forma democrática*.

O que aconteceu foi que a comissão encarregue de elaborar os estatutos da associação nem sequer se dignou a mostrar-me, como presidente da comissão instaladora, o anteprojecto dos estatutos. Apercebendo-se que a rádio iria receber financiamentos, apressaram-se a levar os estatutos para oficialização, em Lichinga, à margem de outros membros do comité instalador, incluindo o presidente.

Os estatutos foram levados a Lichinga, capital provincial, para efeitos de reconhecimento notarial, pela mão de António Correia, que era então secretário do comité instalador da rádio comunitária.

O registo legal da associação poderia ter sido feito mesmo em Cuamba, onde existe um delegação da Conservatória dos Registos e Notariado; todavia, segundo Correia, colocava-se o problema de custos: em Cuamba o Notário pedia seis milhões de meticais para fazer o trabalho, enquanto em Lichinga se pagou apenas 250 mil meticais. Mesmo incluindo as despesas de viagem e alojamento, a opção Lichinga apresentava-se menos onerosa.

Esta absurda disparidade de custos foi aparentemente originada por uma confusão de distinção entre uma associação cívica, sem quaisquer fins lucrativos, e o registo de uma sociedade comercial, complicações de foro legal longe do alcance do chamado cidadão comum, sobretudo porque junto do Notário apenas se pretendia obter a chamada certidão negativa.

O dinheiro utilizado quer para o registo quer para a deslocação de uma pessoa para Lichinga foi angariado entre os membros fundadores da associação.

Entretanto, Sigáúque acha que os estatutos da Associação da Rádio Comunitária de Cuamba, como resultado da pressa que caracterizou a sua elaboração e registo, não espelham a realidade, não parecendo, face ao que vem escrito em parte do seu articulado, tratar-se de uma instituição associativa. *Para uma associação como a nossa, posso dizer que estão juridicamente mal feitos. Talvez no futuro seja necessária a reformulação dos estatutos, em assembleia geral.* Só no capítulo dos órgãos directivos, por exemplo, está prevista a existência de um conselho de administração, um conselho fiscal e uma mesa da assembleia geral. Todos esses órgãos não existem na associação.

O actual presidente do comité de gestão da rádio comunitária, Virgílio Francisco, director geral do Grupo JFS no Niassa, comunga da mesma opinião no tocante ao *parto defeituoso* do projecto de Cuamba *(a rádio nasceu já com algumas pessoas digladiando-se pelos cargos directivos e pelo pouco dinheiro que havia para*

salários). Diz que, quando assumiu a liderança da associação, em substituição de Sigaúque, estava tudo *muito obscuro*, a tal ponto que *era até difícil saber se a rádio iria avante ou não*.

No comité de gestão definitivo, a convite de Virgílio, Sigaúque passou a responder pela área de administração e finanças.

Mas, apesar dos esforços desenvolvidos para arrumar a casa, os problemas mantiveram-se. Dentro da rádio nota-se facilmente que há várias alas; verificam-se casos de ambição, inveja, intriga, tribalismo, utilização indevida de fundos, imoralidade, falta de respeito uns pelos outros. Até há casos de comportamento pouco digno em locais públicos. Certa vez, uma das bicicletas da rádio foi hipotecada num bar, onde um elemento da rádio havia consumido bebidas e não queria pagar a conta. O tal indivíduo acabou por ser expulso da associação.

Virgílio Francisco acha que os problemas têm origem nos subsídios, em dólares, pagos pelo Projecto Media da UNESCO a alguns elementos executivos da rádio, como sejam o coordenador, o mobilizador e a escriturária que responde pela área administrativa. *Há muitos membros da associação que gostariam de auferir esses dólares, defende. Por isso, andam a provocar confusões; escrevem cartas anónimas, levantam falsos problemas...*

Sigaúque, embora se refira também ao mal causado pelos subsídios pagos pela UNESCO a alguns elementos, acha que a base dos problemas da rádio comunitária de Cuamba reside nos órgãos executivos, sobre os quais se torna urgente a tomada de medidas administrativas, mesmo tratando-se de pessoas já com alguma formação na área de radiodifusão (tiveram a oportunidade de participar em seminários e cursos que têm sido promovidos desde finais de 1999, localmente ou noutras cidades do país).

A solução é demitir todos os que provocam conflitos e colocar gente nova na direcção porque, de contrário, se poderá manchar a imagem da rádio junto da comunidade, avançou.

Na sequência do agravamento dos problemas internos na Rádio Comunitária de Cuamba, o Projecto Media da UNESCO decidiu intervir, em meados de Abril de 2001, na perspectiva de fortalecer o comité de gestão local. Foram então integrados nesse órgão representantes de algumas organizações não-governamentais que operam em Cuamba, os quais podem dar um contributo importante na angariação de mais apoios para a rádio.

À semelhança do que acontece em Homoine e Chimoio, Cuamba já tem um edifício pronto para acolher a rádio. No entanto,

a localização do imóvel obriga a que se estabeleçam contactos com a vizinhança, para se conseguir terreno suficiente com vista à instalação das antenas, dado que o espaço disponível é relativamente exíguo.

Todos mostram-se disponíveis a colaborar. Grande parte da população local já tomou conhecimento da notícia da instalação de uma rádio em Cuamba. Os líderes das diferentes áreas comunitárias têm feito mobilização junto dos seus pares, numa acção que é complementada pelos voluntários da própria rádio, os quais contactam regularmente os cidadãos, tanto para exercícios práticos de jornalismo como para inquéritos ou para simples explicação dos objectivos do projecto. Conforme dizia o chefe tradicional Bartolomeu Romano, mais conhecido por Cabo Mocuba, a rádio será como um filho muito amado; *tudo o que quiser dos seus pais ser-lhe-á entregue imediatamente.*

Só na cidade de Cuamba, a associação da rádio comunitária já tem cerca de cem sócios disponíveis para contribuir financeiramente. Com a rádio operacional, acredita-se que o número venha a subir, tanto na própria cidade de Cuamba como nos distritos circunvizinhos onde se poderão escutar as emissões da RCC. O estatuto da associação prevê que cada sócio pague mensalmente a importância de cinquenta mil meticais.

CAPÍTULO IV

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Desde a primeira hora, quando foi lançado o projecto, tornou-se evidente a necessidade de se mobilizarem as pessoas no sentido de estas aderirem quer às associações das rádios comunitárias quer aos grupos de voluntários que iriam ser formados para trabalhar nas próprias rádios.

Como já se viu anteriormente, a notícia da instalação das três rádios comunitárias financiadas pela UNESCO teve um grande impacto junto das comunidades, mas o trabalho de mobilização não foi de todo fácil.

Primeiro, nem todos, incluindo os representantes das comunidades que participaram nos primeiros encontros com o elemento do Projecto Media da UNESCO, percebiam o que era isso de rádios comunitárias, nem tinham uma ideia de onde viria o dinheiro para tão grande investimento e como é que a iniciativa seria gerida. Era preciso que esse aspecto ficasse claro, para se poder entrar na fase de angariação de membros e voluntários.

Nos três locais onde as rádios comunitárias da *Onda Um* estão em processo de instalação, grande parte dos cidadãos entrevistados no âmbito dos inquéritos regulares que têm vindo a ser realizados já se manifestou favorável ao projecto; mesmo que seja necessário algum tipo de apoio financeiro ou material, dizem que estão dispostos a concedê-lo.

Os próprios governantes e líderes das diferentes comunidades partilham do mesmo sentimento em relação à utilidade das rádios comunitárias.

O administrador do distrito de Homoine, Miguel Feliz Pinto, pensa que a rádio local, para além de constituir um importante veículo de comunicação, vai ajudar no desenvolvimento cultural e social da própria população e do distrito em geral.

Nem sempre a população pode expor os seus problemas às autoridades competentes, mas, através da rádio, nós, os dirigentes, já podemos acompanhar as preocupações das pessoas, frisou.

Esta opinião é partilhada pelo presidente do Conselho Municipal de Chimoio, Dário Jane: *Apesar de termos na cidade um*

emissor da Rádio Moçambique, a rádio comunitária é bem-vinda; vai ajudar a criar uma maior aproximação entre as autoridades governamentais e os munícipes.

Ele acha que a rádio pode vir a desempenhar um importante papel na educação cívica dos cidadãos, com o envolvimento das próprias comunidades.

O presidente do Conselho Municipal de Cuamba, Teodósio Uatata, vai mais longe: acredita que através da rádio será possível fazer-se uma governação participativa, isto é, com base nas opiniões expressas por via radiofónica, o governo local estará em condições de saber, a cada momento, o que é que a população pensa dele. *A rádio será também um importante meio de fiscalização das entidades públicas.*

Agostinho Lucas, primeiro secretário do Comité Distrital do partido Frelimo em Cuamba, dá um exemplo prático da utilidade pública de uma rádio numa área como aquela em que vive: *Quando temos campanhas de vacinação, comícios populares ou pretendemos passar alguma mensagem importante para a comunidade, temos vindo a fazê-lo de pessoa para pessoa, de casa em casa. Ora, isso é obviamente mais difícil e trabalhoso do que fazer um simples anúncio do facto através da rádio. A informação chega ao destinatário mais depressa e sem distorções.*

No entanto, nem todos pensam de forma positiva. Por exemplo, o delegado político da Renamo em Chimoio, António Fernando Saica, duvida da imparcialidade que possa vir a existir na rádio comunitária que está em fase de instalação na cidade. *Podem dizer que se trata de uma rádio da comunidade, mas não acredito que alguma vez essa comunidade venha a ser consultada sobre alguma coisa. Penso que haverá mãos fortes dentro da rádio, como acontece com muitos dos órgãos de informação que existem no país.*

Mesmo assim, defende que, com o envolvimento de todas as chamadas forças vivas da sociedade, se possa *tentar* fazer uma rádio que seja *abraçada por todos os cidadãos*.

De um modo geral, não fosse a necessidade de se explicar um conceito pouco conhecido de gestão comunitária de uma iniciativa no âmbito dos *mass media*, até poderiam ser dispensáveis os programas de mobilização das populações sobre a importância das rádios levados a cabo em Homoine, Chimoio e Cuamba, dado que poucos têm dúvidas quanto ao impacto dos meios de comunicação social.

Beatriz Elias, secretária da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) em Homoine, diz estar convencida que a rádio

trará uma nova dinâmica na vida do seu distrito, esperando também que, com a emissora já em funcionamento, *possamos fazer chegar mais longe a nossa mensagem*. A organização está disposta a dar o seu contributo colaborando na produção de programas radiofónicos sobre mulheres e crianças.

Conforme diz Maria Belarmino, também de Homoine, doméstica, o facto de muitas mulheres do distrito terem fracas habilitações literárias não as impedirá de dar o seu contributo à rádio. *Há coisas que não precisam de ser feitas por indivíduos que passaram muitos anos nos bancos das escolas. Por exemplo, a experiência sobre como cuidar dos filhos pode ser transmitida mesmo por mães que não estudaram, desde que saibam falar e expressar os seus sentimentos. É uma experiência da própria vivência de uma pessoa.*

Outros há, contudo, que não deram conta tão cedo do impacto social do projecto. Manuel Pascoal, 39 anos, antigo professor e actualmente voluntário da rádio comunitária de Homoine, diz por exemplo que ouviu falar da iniciativa desde que a ideia foi lançada no distrito, mas deu pouca importância *talvez porque não achasse isso uma coisa séria*.

Muita gente assim pensou, sobretudo por não acreditar que fosse possível, um dia, no seu distrito ou cidade, colocar-se em funcionamento uma estação de rádio, ainda por cima gerida pela comunidade.

Porém, gradualmente foi mudando a mentalidade, mormente entre os incrédulos.

Com Pascoal aconteceu o mesmo: *À medida em que fui ouvindo mais informações sobre a rádio comunitária, comecei a acreditar no projecto, de tal modo que decidi envolver-me como voluntário.*

Um ano depois de se ter associado à rádio comunitária de Homoine (já teve a oportunidade de participar num curso de manutenção preventiva em Chimoio), ele acredita que melhorou significativamente a sua preparação para a vida humana. *Mesmo que a rádio um dia venha a fechar, os conhecimentos que adquiri ficarão sempre comigo.*

Manuel Pascoal é só um exemplo, entre tantos, de como o trabalho de sensibilização levado a cabo junto das comunidades de Homoine, Chimoio e Cuamba deu resultados palpáveis em termos de angariação de sócios e voluntários.

Quando em meados de 1999 o Projecto Media da UNESCO lançou as bases para a instalação de três estações de rádio

comunitária, a notícia teve um forte impacto nas comunidades, sobretudo em Homoine e Cuamba, onde menos se esperava por um empreendimento desses.

No entanto, esse impacto não se reflectiu directamente na aderência de membros nas associações que então começaram a ser constituídas, razão pela qual as actividades iniciais foram essencialmente desenvolvidas pelos membros fundadores, o mesmo acontecendo com as contribuições financeiras para as primeiras despesas.

Muitos cidadãos, mesmo com responsabilidades ao nível das comunidades, não esperavam que viessem a ser chamados para se pronunciarem sobre a criação e gestão de uma estação de rádio.

Dir-se-ia que essa era uma responsabilidade muito pesada e que caía como uma bomba.

Vai daí, nem todos perceberam suficientemente bem a filosofia do projecto das rádios comunitárias, razão pela qual tenham surgido alguns mal-entendidos durante a caminhada.

Há voluntários que, assim de um momento para outro, se consideravam já grandes jornalistas, capazes de, com as influências que a profissão pode exercer na sociedade, *abanarem* os seus concidadãos.

Houve casos de voluntários que entraram para as rádios comunitárias pensando que tinham garantido um emprego, remunerado, capaz de dar um rumo novo às suas vidas.

Mas houve também casos algo caricatos, como a de um membro da Associação da Rádio Comunitária de Homoine que, de repente, resolveu deixar de dar o seu contributo porque os colegas não levavam os visitantes a passarem refeições no seu restaurante.

O que acontece é que regularmente há pessoas que, vindas de outros pontos do país, se deslocam a Homoine para efectuarem algum trabalho na rádio comunitária local. Na hora das refeições, os anfitriões normalmente sugerem aos hóspedes um restaurante onde possam comer. Quando a opção não é pelo sítio do referido membro, este acaba ficando zangado com a associação da qual é sócio. Também se verifica o mesmo em cursos ou outras iniciativas que terminem com comes e bebes: é *proibido* optar-se por outro sítio da vila que não seja o do membro.

Apesar de todos os problemas enfrentados durante a caminhada, as rádios comunitárias são esperadas com expectativa por parte das populações de Homoine, Chimoio e Cuamba. Estas acham mesmo que a entrada em funcionamento das estações está

bastante demorada (e não é para menos: já lá vai mais de um ano e meio desde que começaram a circular as primeiras notícias sobre a instalação das rádios comunitárias financiadas pela UNESCO).

O mesmo sentimento é partilhado pelos voluntários, que não vêm a hora de começarem a trabalhar a sério. Dizem que já estão cansados de simulações, que são feitas no âmbito do seu processo de treinamento.

Isildo Manuel, estudante, 18 anos, voluntário da Rádio Comunitária da GESOM, em Chimoio, diz ser tão grande a vontade que reina entre os jovens voluntários de serem ouvidos nas comunidades, através da rádio.

Desanimados com o demorado período de preparação para o trabalho de rádio, alguns dos seus colegas já desistiram. *Talvez regressem quando a rádio já estiver no ar. Mas nessa altura provavelmente já seja tarde para alguns, porque nós, os que aqui ficamos, estaremos melhor preparados para fazer o trabalho de rua, as emissões, a assistência técnica...*

Os voluntários, que habitualmente fazem o trabalho de mobilização das comunidades, ouvem sempre lamentações. Cândido Orlando Isaiás, 23 anos, voluntário da Rádio Comunitária de Homoine, diz ser evidente que os cidadãos estão impacientes; querem a todo o custo ver a rádio operacional.

Só alguns dos que estão por dentro de todo o processo de instalação das rádios comunitárias percebem a necessidade de se fazer uma preparação adequada antes de se avançar para a fase final, que é a do início das transmissões.

Há que garantir que todas as condições estão criadas para que não surjam problemas no futuro, derivados, por exemplo, da fraca preparação do pessoal e da inobservância de certos requisitos técnicos.

Pedro Fernando Manhepero, 35 anos, mobilizador da Rádio Comunitária da GESOM, defende que *não adianta correr para o início das emissões, enquanto internamente ainda não estamos suficientemente habilitados a fazê-lo.*

Há um caso, que ele bem conhece, de uma rádio comunitária já em funcionamento e que não passou por todo esse cuidadoso processo de preparação, pois, para os seus gestores, *o objectivo era o início das transmissões, tão rapidamente quanto possível, esquecendo-se que o treinamento do pessoal para a emissão, reportagem ou manejo dos equipamentos apresenta-se como um ponto importante.*

Resultado: *a qualidade do trabalho que eles apresentam aos ouvintes é fraca. Modéstia à parte, creio que neste momento o nosso pessoal já está melhor preparado que o da tal rádio.*

Pensa, por conseguinte, que não é em vão que se dedica todo este tempo para a preparação do pessoal e de outras condições que permitam abrir a rádio com o mínimo de qualidade.

Aliás, as rádios comunitárias têm um mobilizador, que trabalha a tempo inteiro, que tem como responsabilidade principal assegurar a área dos recursos humanos, incluindo a permanente existência de voluntários que estejam em condições de manter a rádio em funcionamento.

Os mobilizadores, em primeiro lugar, mas em última análise toda a direcção da rádio, devem estar em condições de criar oportunidades de ingresso de novos voluntários, formando-os na respectiva área de trabalho e assegurando a diminuição da diferença de nível técnico-profissional entre os mais novos e os mais antigos.

Eventualmente em iniciativas futuras do género, à base das experiências já adquiridas com as primeiras três rádios, se possa reduzir o período que vai desde a constituição das associações ao início das emissões radiofónicas.

O mesmo poderá acontecer em relação aos aspectos de organização associativa e de trabalho.

Nesta *Onda Um* das rádios comunitárias financiadas pela UNESCO em Moçambique, o esquema foi praticamente o de se lançar o desafio de instalação de rádios em locais previamente escolhidos, à base de um estudo para o efeito realizado.

As comunidades tiveram de se organizar para responder à oferta que lhes estava a ser feita pelo Projecto Media da UNESCO.

Já para a *Onda Dois* da iniciativa da UNESCO foi lançado um concurso público ao qual grupos interessados concorreram para o posterior processo de escolha dos projectos de instalação de rádios comunitárias que beneficiariam de financiamentos deste organismo das Nações Unidas.

Isto significa que na fase seguinte do programa se vai lidar com associações que já existiam e não, como acontece agora, em dois dos casos (Homoine e Cuamba), com associações que foram criadas especificamente para responderem por um projecto que lhes foi proposto, o de gestão de rádios comunitárias.

Verifica-se, então, que há diferenças de organização e de estrutura directiva entre as associações que, já tendo nascido antes, enquadram no seu âmbito de acção a instalação de rádios

comunitárias, e as que são criadas com um objectivo específico, no caso específico, o de gerir estações comunitárias de radiodifusão.

No caso das associações de rádio comunitária de Homoine e Cuamba, as tais que foram criadas para responderem a uma acção específica, o estilo de organização e funcionamento é praticamente o mesmo.

São associações que estão viradas principalmente para a gestão das rádios comunitárias e desenvolvem pouca ou quase nenhuma actividade em outras áreas. O caso de Chimoio é que é diferente: a GESOM já existia há muito tempo; desenvolve actividades de promoção cultural e educação cívica e tem montadas bases para a angariação das suas próprias receitas.

As associações têm uma estrutura directiva do mesmo estilo – um comité de gestão dirigido por um presidente e que integra alguns colaboradores responsáveis por áreas específicas de trabalho, e uma direcção executiva para as rádios, com um coordenador, um mobilizador, um assistente administrativo... Na GESOM, a estrutura directiva da associação é mais ampla, incluindo uma assembleia geral, um conselho de administração, conselho fiscal e coordenador geral. O seu projecto de rádio integra uma componente comunitária, representada através de um comité eleito.

Os responsáveis executivos das rádios, que são indivíduos que na maior parte dos casos trabalham a tempo inteiro, recebem um salário – o mais alto, do coordenador, é de 200 dólares americanos; um mobilizador, um elemento administrativo e um técnico ganham, cada um, 100 dólares, enquanto os guardas auferem 50 dólares. Os vencimentos são pagos, por enquanto, pelos financiadores do projecto.

Espera-se que, no futuro, as rádios comunitárias possam atingir um razoável nível de sustentabilidade, em termos de recursos humanos, técnicos, materiais e até mesmo financeira, embora isso não signifique necessariamente que venham a ter dinheiro para fazer face a todas as suas despesas de funcionamento. Os gestores deverão certamente esforçar-se no sentido de angariar outros doadores que possam dar o necessário apoio.

Entretanto, alguns dos membros das associações, que representam as comunidades, defendem que o pagamento de um salário a um pequeno grupo de pessoas (as que fazem a gestão do dia-a-dia da rádio) pode vir a criar problemas, nomeadamente porque a maior parte dos que vão trabalhar, de facto, são voluntários e, por conseguinte, não beneficiam de quaisquer honorários.

Corre-se o risco, quando a rádio estiver em pleno funcionamento, de começar a verificar-se um certo desinteresse por parte de alguns dos voluntários – muitos dos quais, aliás, sendo desempregados, aderiram às rádios esperando encontrar nelas uma fonte de subsistência.

As soluções para tal problema podem passar por vários caminhos, como por exemplo diminuir-se o número de indivíduos profissionais, ou seja, pagos, nas rádios, ou optar-se pela selecção de voluntários que já tenham alguma ocupação (estudantes, trabalhadores) e que não ingressem na rádio à procura de emprego.

A situação de Cuamba, já reportada neste trabalho, pode servir de espelho dos conflitos que eventualmente se possam registar, no futuro – conflitos esses que podem vir a acontecer mesmo entre as direcções executivas das rádios e os comités de gestão que representam as comunidades. Estes últimos, na prática, sentem-se como donos das rádios; só que é aos primeiros que se concedem alguns benefícios.

De qualquer maneira, só depois de as rádios estarem *no ar* é que se poderá ter uma noção mais aprofundada dos aspectos inerentes ao funcionamento e gestão das associações de rádio comunitária. Para todos os efeitos, será importante que se mantenha bem aceso o conceito comunitário de todo o projecto. As comunidades deverão a todo o momento sentirem-se donas das iniciativas e não apenas simples ouvintes. Só assim se poderão criar as bases sólidas para o êxito das rádios.

Por outro lado, os elementos indicados para dirigirem as rádios deverão ter em conta que estão num projecto que é de toda a comunidade. Como diz Fabião Notiço, de 60 anos de idade, 29 dos quais ligado à enfermagem, membro da Associação da Rádio Comunitária de Homoine, *nós temos que lutar todos os dias para que não surjam por aí indivíduos que julguem que a rádio é propriedade de alguém; isso é de todos nós.*

CAPÍTULO V

TREINAMENTO E PREPARAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS

O treinamento do pessoal que vai trabalhar nas três rádios comunitárias já entrou na sua fase prática. Há muita vontade por parte dos voluntários, apesar de estes, no geral, como já anteriormente foi referido, se queixarem do que consideram de *prolongado tempo de formação sem que as rádios entrem em funcionamento*.

Os voluntários já têm estado a constituir uma importante ponte de ligação entre as rádios e as comunidades. Eles próprios se envolvem animadamente em trabalhos como simulação de entrevistas e reportagens e até mesmo de emissões; mobilização das populações no sentido de estas apoiarem as rádios e realização de inquéritos (pesquisas de opinião).

O número de voluntários actualmente em formação varia de rádio para rádio. Em Homoine há 19 elementos, dez dos quais do sexo feminino, que estão a ser preparados como locutores e repórteres. Em Chimoio o número é bem maior: 47 pessoas. Já em Cuamba, são 26 os voluntários que participam regularmente nas acções de formação.

Eventualmente nem todos venham a fazer parte dos grupos de voluntários que vão trabalhar nas rádios comunitárias, por várias razões: manifesta incapacidade técnico-profissional, indisciplina, desistência por iniciativa própria...

Porém, há que se ter em conta que os voluntários não são necessariamente recrutados para as áreas que têm a ver directamente com as emissões das rádios. Experiências de outros países mostram que os voluntários que não possam fazer uma emissão ou uma reportagem, podem ser enquadrados noutras actividades, como por exemplo a limpeza das instalações, angariação de publicidade, venda de impressos para mensagens e dedicatórias, preparação de pequenas refeições para os colegas.

Em Cuamba já se avançou numa experiência ímpar ao nível das três rádios comunitárias: estão a ser estabelecidos contratos de

garantia de colaboração com aqueles voluntários que se mostram mais assíduos e melhor preparados para as actividades jornalísticas que vão desenvolver. É uma ideia positiva e até de incentivar, se for feita de forma transparente e que não deixe margens para reclamações. Trata-se de uma selecção que é feita pela direcção executiva da rádio, mas que localmente está a merecer contestação por parte de algum pessoal, sobretudo por causa dos critérios, considerados subjectivos, de escolha.

Alguns membros da associação da rádio comunitária local acham até desnecessário qualquer tipo de contrato com os voluntários, sabido que estes não beneficiarão de pagamento pelo seu trabalho.

Mas o coordenador da Rádio Comunitária de Cuamba acredita que, com os contratos, se pode disciplinar a participação dos voluntários nas actividades previstas. *É preciso que haja disciplina para que o trabalho possa andar como se deseja*, defende Correia. *Mesmo sabendo que se trata de voluntários, deve haver regras: quando alguém esteja escalado para uma emissão, por exemplo, não pode faltar assim a seu bel-prazer, só porque trabalha em regime de voluntariado. É preciso que a gente respeite os ouvintes.*

No entanto, em face das exigências, alguns voluntários levantam a seguinte questão: *não será que se pretende fazer da rádio comunitária uma rádio verdadeiramente profissional, que disponha de locutores de voz excelente, capazes de produzir programas de altíssima qualidade?*

Alguns voluntários pensam que há espaço para todos no seio das rádios comunitárias e que, se houver necessidade de selecção do pessoal em função do seu grau de assimilação dos ensinamentos técnicos e profissionais, os orientadores podem fazer esse trabalho, já que têm estado a dirigir a formação do pessoal das rádios comunitárias há mais de um ano.

Com efeito, três orientadores, todos eles jornalistas da Rádio Moçambique, estão a trabalhar com os voluntários das rádios comunitárias desde princípios do ano passado: Beatriz Pinto em Homoine, Carlos Andrigo em Chimoio e Fátima Dias em Cuamba. Dos orientadores, só Andrigo tinha residência na área onde se está a instalar a rádio. As duas restantes precisavam de efectuar deslocações regulares para as sedes das rádios: Beatriz a partir de Inhambane (semanalmente) e Fátima a partir de Nampula (mensalmente ou, às vezes, quinzenalmente).

Os voluntários de Chimoio certamente que devem ter tirado melhor proveito dos conhecimentos do orientador do que os seus colegas de Cuamba e Homoine. É que, fora dos programas formais de formação, poderiam contactar com Carlos Andrigo mais frequentemente, por este estar mais próximo, obtendo os esclarecimentos necessários.

Além disso, a GESOM dispõe de condições (como por exemplo um estúdio para emissões) que a permite oferecer uma formação prática mais adequada aos voluntários.

Neste momento, enquanto aguardam pelo arranque das emissões, os voluntários de duas das três rádios já estão a fazer testes práticos de estúdio.

Os de Chimoio beneficiam do facto de disporem de equipamentos na própria rádio, que o Grupo de Educação Social de Manica ganhou num concurso internacional. Fazem-se emissões em circuito fechado no quintal de GESOM, todos os dias úteis, de manhã e à tarde.

Já os de Cuamba recorrem a discotecas existentes na cidade que possuam algum equipamento de som (como misturador, microfones, reprodutores de cassette e de discos compactos), onde realizam, de vez em quando, simulação de emissões.

Tanto em Chimoio como em Cuamba, habitualmente após as emissões simuladas, todo o pessoal se junta para analisar o trabalho apresentado: se a emissão ou o programa foi bem conduzido; se as notícias, entrevistas e reportagens foram elaboradas obedecendo-se aos princípios básicos do jornalismo; se o locutor gaguejou ou não quando falava, etc.

Normalmente os debates têm sido animados. São apresentadas críticas e sugestões para a melhoria do trabalho. Obviamente que os voluntários que têm facilidades de assimilar os ensinamentos fazem do trabalho prático e dos debates subsequentes a sua melhor escola.

No caso de Homoine, dado que as condições não o permitem, os voluntários ainda não começaram a simular emissões. Isto significa que só o poderão fazer quando estiver montado o equipamento para a rádio comunitária.

De qualquer modo, os voluntários de Homoine efectuaram visitas de estudo à Rádio Moçambique em Inhambane, durante as quais tiveram a oportunidade de assistir ao trabalho prático que é realizados pelos jornalistas, locutores e técnicos. Ademais, a própria rádio comunitária já dispõe de bom equipamento de reportagem, que

permite a gravação e montagem de pequenas peças jornalísticas com assinalável qualidade.

Para além do pessoal que tem estado a treinar regularmente – há voluntários, nas três associações, que passam grande parte do seu tempo dedicando-se à actividade das rádios, como se de verdadeiros profissionais se tratassem – existem alguns que, não estando ainda integrados no trabalho, têm manifestado o interesse de virem a colaborar com as rádios quando estas já estiverem em funcionamento.

São os casos de alguns DJ's locais, que pensam produzir e apresentar programas essencialmente musicais, para os jovens.

Em Cuamba, há também estudantes e professores da Faculdade de Agricultura da Universidade Católica que já se disponibilizaram a produzir programas, sobretudo da sua área de formação, para a rádio comunitária.

Das igrejas se verifica também a mesma disponibilidade de colaboração.

O pároco da Igreja Católica em Cuamba, Carlo Biella, disse que normalmente a sua igreja mantém colaboração a nível eclesial, abarcando quase todas as povoações. No caso específico de Cuamba, situação que entretanto não difere muito de outros distritos, realizam-se encontros mensais com os chamados animadores de zonas. *Esses animadores podem ser preparados de modo a que estejam em condições de trazer as notícias das diferentes comunidades para a rádio.*

O que será preciso é que as direcções executivas das rádios saibam aproveitar o interesse e as capacidades existentes, na perspectiva de produzir programas que vão de encontrar às expectativas das comunidades.

De um modo geral, há capacidades humanas para garantirem a operacionalidade das rádios comunitárias. Evidentemente que não se poderá esperar de uma rádio comunitária um alto padrão de profissionalismo que se encontra numa rádio comercial.

Os voluntários que actualmente estão engajados no processo de preparação para servirem as rádios mostram-se satisfeitos com o seu nível de progresso na aprendizagem. Simplesmente, tal como os que estão de fora da rádio, acham que o período de treinamento está a ser relativamente prolongado.

Aliás, este sentimento está a levar, nalguns casos, a que não se consiga manter um corpo estável de voluntários; eventualmente desmotivados pela demora, surgem desistentes durante a

caminhada, ao mesmo tempo que novo pessoal se associava às rádios. Isto faz com que o nível de formação dos colaboradores não seja homogêneo. Há os que estão mais avançados e há os que ainda se apresentam *crus*.

Muitos dos voluntários já estão a perder paciência e, conseqüentemente, estão a participar cada vez menos nos programas de formação, refere Benvinda Alexandre, actual coordenadora da Rádio Comunitária de Homoine.

Mas ela, que está por dentro do processo, acha ser *absolutamente necessário* todo este cuidado na preparação do pessoal. Jossias Franquelino, mobilizador da Rádio Comunitária de Homoine, corrobora com a colega e acrescenta: *o mais importante, para nós, é que a passo e passo estamos a ver o sonho de montar uma rádio aqui no distrito a transformar-se em realidade e, quando isso acontece, até nos entregamos com mais dinamismo à nossa preparação profissional*.

O processo de formação dos voluntários não vai acabar com a entrada em funcionamento das rádios; antes pelo contrário, a ideia é que se insista na formação do pessoal através da prática, no dia-a-dia do trabalho. O próprio corpo de voluntários eventualmente tenha a necessidade de ser renovado, com o andar do tempo, pelo que é de esperar que haja sempre pessoal mais e menos experiente.

Este relativamente longo período de formação do pessoal tem os seus aspectos positivos, como seja um maior apuramento de qualidade técnica e profissional. Por outro lado, com as rádios já a funcionarem, ficam parados todos os grandes debates sobre política editorial, programação, sustentabilidade (...) ,dado que todos os colaboradores passarão a estar virados para a rotina diária do trabalho.

Nas rádios, embora maioritariamente os voluntários sejam jovens, tanto estudantes como desempregados, há também entre eles gente adulta e com uma actividade profissional, que vai procurar dar um contributo em benefício da comunidade nos seus tempos livres.

Joana Margarida, de 41 anos, voluntária da Rádio Comunitária de Homoine, é um dos exemplos de como todos podem dar o seu contributo ao projecto radiofónico comunitário.

Ela é agente de serviço de saúde e está como voluntária desde Fevereiro de 2000, estando a preparar-se para fazer programas sobre a saúde; mulheres e crianças.

Joana espera que, através da rádio, possa também ajudar na sensibilização dos seus colegas de profissão – e de outros

funcionários públicos – com vista a acabarem com a corrupção que reina nos seus locais de trabalho. *Vejam, por exemplo, o caso dos enfermeiros: se eles fizerem cobranças ilícitas aos doentes que acorrem aos centros de saúde, onde é que os familiares dos enfermos vão encontrar dinheiro para a compra de medicamentos, sabido que, num distrito como o nosso, a maior parte das famílias é de um fraco poder económico?*

Outros dos voluntários ora ligados às rádios comunitárias já passaram pela Rádio Moçambique, de onde trazem alguma experiência de trabalho radiofónico.

Júlia André, 35 anos, estudante de contabilidade, voluntária da Rádio Comunitária da GESOM, já foi colaboradora da RM em Chimoio, mas a forte vontade de fazer algo em prol do associativismo comunitário levou-a a ingressar em Outubro de 2000 na nova iniciativa.

Também pela RM em Chimoio já passou Pedro Fernando Manhepero, mobilizador da Rádio Comunitária da GESOM. Na emissora pública ele participava na produção de programas de teatro radiofónico. Diz esperar levar a sua experiência neste tipo de programas para a rádio comunitária.

De resto, pelo menos em Chimoio, os programas de teatro radiofónico produzidos pela RM e que são geralmente de crítica social à base de humor, são bastante apreciados pelos ouvintes, sobretudo quando apresentados em línguas locais.

Os voluntários, de uma maneira geral, já têm a consciência de que se envolveram num projecto comunitário, pelo que não esperam obter quaisquer pagamentos pelo trabalho. Muitos deles fazem animadamente mais do que participar do treinamento para a actividades jornalística ou o trabalho de mobilização das populações. Chegam a fazer, eles próprios, a limpeza das instalações das rádios, como se de suas casas se tratasse.

Mesmo os desempregados, que se encontram em maior número nas rádios de Homoine e Cuamba, têm consciência de que não vão auferir salários.

Manuel Pascoal, de Homoine, por exemplo, diz que ingressou na rádio para servir o seu distrito. Como ele vai sobreviver, trabalhando sem ganhar? A resposta: *Da mesma maneira que sobrevivi até hoje: à base da minha machamba familiar, onde se produz o suficiente para o meu sustento e dos que dependem directamente de mim.*

Apesar de reconhecer que os voluntários estão conscientes da sua situação, o presidente do comité de gestão e coordenador da rádio de Homoine, Pedro Francisco, diz que, quando pensa na questão deste grupo de colaboradores, às vezes chega a ficar com dores de cabeça.

Em Moçambique já passamos da verdadeira fase do voluntariado. Imagine-se só que muitos deles não desenvolvem qualquer actividade remunerada e, aqui na rádio, depois de trabalharem, nós apenas dizemos obrigado. Não sei se será muito justo.

Por essa razão, o comité de gestão da ARCO pensa que, quando a rádio estiver em actividade e produzir receitas, poderá encontrar formas de estimular os voluntários. *De contrário, acredita o seu presidente, correremos o risco de ter voluntários que vendem as cassetes da rádio ou que subtilmente façam passar publicidade nas emissões, em forma de notícia ou informação de utilidade pública, e depois vão cobrar aos anunciantes.*

O responsável pela área financeira da Associação da Rádio Comunitária de Homoine, Agostinho Roberto Buque, acha mesmo que, estando a chegar ao fim a fase preparatória de instalação das rádios, urge a necessidade de se integrar mais gente a tempo inteiro, com direito a vencimento, isto se o objectivo for o de garantir uma maior operacionalidade ao projecto.

Também em Chimoio já se está a pensar na necessidade futura de se estabelecerem estímulos para os voluntários. *Será que a rádio conseguirá sobreviver à base do trabalho de pessoas voluntárias, que não recebam qualquer estímulo material pelo que fazem?* – questiona-se o presidente do comité comunitário instalador da Rádio Comunitária da GESOM, Hobana Matessa.

Os estímulos a que alguns se referem não precisam necessariamente de serem em dinheiro; pode-se falar da oferta de bens materiais, como uma bicicleta, uma cesta com produtos alimentares, um par de sapatos (...), qualquer coisa que estimule uma pessoa que trabalha sem salário.

Espera-se que as rádios possam providenciar aos voluntários materiais de trabalho e subsídios em casos de deslocações para áreas distantes da sede.

Ao mesmo tempo que decorrem as acções de formação do pessoal, as estruturas montadas nas três rádios estão a trabalhar na perspectiva de elaborarem os seus planos estratégicos de desenvolvimento.

No entanto, fica-se com a sensação de que, em termos de planos, se está a dar prioridade a questões práticas de aplicação imediata, como a definição da programação das emissões, línguas a utilizar, horários de abertura e de fecho das rádios.

Os planos estratégicos de desenvolvimento, com uma visão de futuro, vão ligeiramente atrasados, alegadamente porque, sem que as rádios estejam em funcionamento, *é difícil ter-se uma ideia exacta do que se pretende fazer.*

Outrossim, o pessoal que faz parte dos comités de gestão ainda não tem conhecimentos profundos de radiodifusão nem uma ideia aproximada do que os respectivos mercados podem oferecer.

Em Homoine, a título elucidativo, já se estão a discutir algumas ideias sobre o que se pretende fazer: conquistar o mercado, encontrar outros parceiros não só no distrito como fora dele (isso pode ser feito por uma associação de amigos de Homoine, que possa obter apoios em Inhambane, Maputo..., considerando que a rádio pode contribuir para mudar a face do distrito).

Em Chimoio, o presidente do comité comunitário instalador da rádio fala da necessidade de se envolver a própria comunidade na definição das estratégias de desenvolvimento, *mas isso só depois de termos os emissores a funcionarem, de modo a que possamos programar as coisas com exactidão. É que, quando a comunidade sentir que a rádio é sua; quando se sentir presente na rádio, ouvir a sua voz, as suas notícias, então haverá maior participação nas actividades associativas.*

Há que se pensar, de facto, no que é que se pretende das rádios comunitárias e como é que elas podem sobreviver e desenvolver-se.

CAPÍTULO VI

ANGARIAÇÃO DE FUNDOS E COLABORAÇÃO COM FINANCIADORES E DOADORES

Em qualquer das áreas beneficiárias da primeira fase do projecto da UNESCO, já se sente o envolvimento das comunidades na preparação das condições para a entrada em funcionamento das três rádios.

De Homoine, há uma positiva experiência na mobilização de sócios para a associação: os membros pagam jóias (cinquenta mil meticais) e quotas mensais (cinco mil meticais).

Há uma adesão relativamente grande de membros, apesar do alto índice de pobreza que afecta o distrito. Acredita-se que, tanto nesta como noutras áreas onde haja iniciativas do género, a inscrição de membros contribuintes poderá aumentar quando as emissões estiverem *no ar*.

Contactos também têm estado a ser estabelecidos entre as associações responsáveis pela gestão das rádios comunitárias e o empresariado local, no sentido de este apoiar financeiramente as rádios.

A resposta que se obtém é positiva e encorajadora. Há de facto disponibilidade de se prestar diferente tipo de apoios, como através do pagamento de anúncios emitidos na rádio; oferta de material de expediente (resmas de papel, esferográficas, cassetes, pilhas para gravadores, sobressalentes para bicicletas e motorizadas) em troca de publicidade ou sem isso, conforme os casos.

Dizem os agentes económicos que é importante que, no caso de prestação de serviços por parte das rádios, incluindo inserção de anúncios, sejam estabelecidos preços atractivos, de tal modo que se possa incentivar até os pequenos comerciantes (aqueles que possuem barracas nos mercados informais).

Júlio Muissicoja, comerciante em Cuamba, sugere que os elementos responsáveis pela gestão das rádios façam um trabalho de

sensibilização específica junto dos agentes económicos, de modo a explicar-lhes a importância de fazerem a publicidade dos seus (na maior parte pequenos) negócios, não só na perspectiva de ajudarem a rádio a sobreviver mas, sobretudo, para tornarem a actividade comercial mais dinâmica.

Não se pode pensar que, por se tratar de uma rádio comunitária, que de alguma forma pertence a todos nós, os comerciantes ou agricultores vão correr sempre para a rádio, a fim de fazerem publicidade. O pessoal a quem a comunidade confiou a tarefa de gestão da rádio deve sair para angariar publicidade, explicando primeiro a importância disso. Hoje ninguém tira dinheiro só por tirar.

Se por um lado em Chimoio, uma capital provincial, o empresariado já tem uma certa cultura de publicidade, por outro, em áreas como Homoine e Cuamba, a agressividade comercial é fraca, razão pela qual muitos agentes económicos pensam que, com ou sem publicidade (neste caso radiofónica) podem vender à mesma os seus serviços ou produtos.

Apesar de tudo, actualmente, existem comerciantes de Cuamba que recorrem aos emissores provinciais da Rádio Moçambique de Niassa e Nampula para fazerem os seus anúncios, mais a pensarem em atingir as pessoas que possam um dia viajar para Cuamba do que propriamente nos moradores da distrito, dado que estes dificilmente conseguem sintonizar tais emissoras.

Para além da própria publicidade comercial, as pessoas singulares e colectivas podem fazer pequenos anúncios (missas, falecimentos, aniversários, baptizados, casamentos, venda de propriedades ou bens pessoais, convocatórias) ou publicar mensagens (de saudação ou felicitação a amigos e familiares), cujos impressos são vendidos pela rádio aos interessados.

Há também ideias em relação à colaboração com outros financiadores e doadores. As igrejas e organizações não-governamentais manifestam-se disponíveis a financiar a emissão de programas específicos das suas áreas de trabalho (água, saúde, meio ambiente, perigo das minas, etc.).

Maduhur Eiagala Salimo, da Associação para o Desenvolvimento da Comunidade (ADC) em Cuamba, diz que, devido à degradação das estradas, a sua organização tem enfrentado dificuldades para levar a mensagem (de educação cívica, por exemplo) para as áreas mais distantes da cidade, pelo que os fundos que seriam drenados para fazer deslocar pessoas às zonas abrangidas pelo programa de trabalho da organização podem ser

utilizados no pagamento de um espaço radiofónico. *Através da rádio a mensagem chegará muito longe, sem precisarmos de fazer tantas movimentações.*

Ele é também de opinião que, ao invés de o pessoal ligado às rádios chegar a uma organização não-governamental e perguntar *em que é que vocês nos podem apoiar?*, devem desenhar projectos concretos, exequíveis e de grande impacto nas comunidades, e apresentá-los a essas organizações. *Acredito que elas estejam bastante receptivas, porque afinal as organizações não-governamentais também trabalham em prol das comunidades.*

Pascoal Simão, da organização não-governamental (britânica) OXFAM-Niassa, diz acreditar que principalmente as ONG's que desenvolvem programas educativos nas comunidades possam vir a utilizar a rádio como importante meio para a transmissão das suas mensagens.

A mesma disponibilidade é manifestada pelas igrejas. Embora os seus representantes façam normalmente alusão ao carácter não lucrativo das instituições religiosas, não descartam a possibilidade de financiar programas radiofónicos, mais virados para a área de educação moral dos cidadãos.

Conclui-se que será importante que as direcções executivas das rádios estejam preparadas no sentido de levarem a bom porto os projectos e a disponibilidade que tem sido manifestada por potenciais apoiantes.

Evidentemente que Homoine poderá enfrentar mais dificuldades que Chimoio e Cuamba, dado o (ainda) fraco desenvolvimento sócio-económico do distrito. No entanto, se o raio de emissão da rádio comunitária vier a atingir Maxixe e Inhambane, poder-se-á procurar envolver os agentes económicos dessas cidades, em termos de publicidade.

Paralelamente, as direcções das rádios têm já estado a pensar em outras fontes de angariação de receitas que não envolvam necessariamente a utilização dos espaços radiofónicos.

Em Homoine, por exemplo, o clube local, vizinho da rádio, com óptimas instalações, encontra-se em estado de abandono. A Associação da Rádio Comunitária tem vindo a reflectir sobre a possibilidade de procurar doadores para financiarem a reabilitação das infra-estruturas do clube, utilizando-as posteriormente como fonte de angariação de receitas.

Outra fonte de receitas pode ser a máquina fotocopiadora de que a rádio dispõe.

Em Chimoio, a GESOM já é uma associação financeiramente autónoma, o que confere à rádio maiores esperanças de vida. No entanto, a contabilidade do projecto de rádio comunitária não se mistura com a do resto da associação.

A GESOM espera receber uma unidade sonora móvel que será oferecida à rádio comunitária, podendo então ser também utilizada como fonte de obtenção de receitas.

A própria rádio poderá organizar diversos programas recreativos de carácter lucrativo (teatro, música, concursos, rifas), no espaço existente nas instalações da GESOM.

Em Cuamba, as ideias existentes não fogem muito às das restantes duas rádios.

Se quiserem sobreviver, será necessário que os gestores das próprias rádios sejam agressivos do ponto de vista de captação de receitas e não fiquem apenas à espera que o dinheiro venha ter às rádios.

CAPÍTULO VII

DEFINIÇÃO DO PERFIL DA RÁDIO, LÍNGUAS E FORMATO DOS PROGRAMAS

No geral, nas três rádios comunitárias já existem ideias mais ou menos claras sobre qual deverá ser o perfil editorial e a programação.

Através de inquéritos públicos realizados pelos voluntários das rádios, devidamente formados num curso sobre pesquisa de audiência, as próprias comunidades, que de alguma forma já escutam emissões radiofónicas (a maior parte das famílias, segundo pesquisas, possui um aparelho de rádio com a banda FM), foram convidadas a se pronunciarem sobre os programas que mais gostariam de ouvir, horários das emissões, línguas – embora, nalguns casos, se fique com a sensação de que as pessoas opinaram à base da programação dos emissores da Rádio Moçambique.

De qualquer forma, as rádios já têm uma pré-definição das suas grelhas de programas, sobre as quais incide, aliás, o treinamento do pessoal na fase actual. Mais tarde, quando as rádios estiverem já *no ar*, poderão ser feitas correcções ou adaptações, em função da realidade prática do trabalho.

Sabido que o objectivo das rádios ora em criação é essencialmente o de servir as comunidades das áreas em que se encontram instaladas (obedecendo aos princípios de informar, formar, educar e recrear), a programação deve procurar reflectir, ao máximo, os interesses e anseios dessas comunidades.

O pessoal que trabalhará nas rádios está a ser preparado nessa perspectiva.

Em Homoine, as pesquisas feitas demonstram que a população prefere escutar a rádio comunitária em três línguas – português, xitsua e chope (o emissor provincial da Rádio Moçambique em Inhambane, para além destas línguas, transmite também em bitonga, só que esta língua tem poucos falantes em Homoine). Em Chimoio, tudo indica que a rádio venha a transmitir em português,

chiutee e chimanyca (a RM local inclui ainda o chibaruè). Já em Cuamba, há duas línguas previstas, o português e o macua.

É já um dado adquirido que as três rádios não irão fazer emissões ininterruptas durante o dia, pelo menos de segunda à sexta-feira. Aos fins-de-semana eventualmente o número de horas de emissão possa aumentar.

Assim, a ideia é que as rádios tenham três períodos diários de emissão – um de manhã, das 04.55 às 08.00 ou 09.00 horas; outro ao fim da manhã e início da tarde, das 11.00 às 14.00 ou 14.30 horas, e um último lá para o fim da tarde e à noite, das 16.00 ou 17.00 às 22.00 horas (só em Homoine é que, numa fase inicial, se pretende transmitir até às 19.00 horas).

De resto, é preferível que se comece com períodos de emissão relativamente curtos e, à medida em que se for ganhando prática e se verifique que as condições materiais, técnicas e humanas o permitem, se alarguem os espaços de antena. O contrário – começar com muitas horas de emissão diária e depois se ir diminuindo – é que fica mal.

Ainda não se avançou concretamente para a distribuição dos programas pelos diferentes períodos de emissão, mas o pessoal das rádios comunitárias já tem ideias sobre como isso será feito – por exemplo, um programa da criança não pode ser transmitido logo às 05.00 nem às 21.00 horas, mas numa altura em que o grupo alvo tenha condições de o escutar (ao fim da tarde pode ser uma ideia); um programa dirigido aos camponeses não terá grande impacto se for emitido à noite, pois normalmente este grupo populacional deita-se cedo, para também poder acordar cedo e ir à machamba logo pela madrugada; ritmos musicais bastante mexidos provavelmente não fiquem bem quando tocados à hora do almoço, altura em que os ouvintes preferem normalmente música mais calma.

Os ouvintes, de acordo com as pesquisas, preferem escutar principalmente noticiários, programas educativos (sobre temas diversos, incluindo de carácter moral), recreativos, teatro radiofónico ou programas de humor, programas sobre a mulher, crianças e jovens, agricultura, pecuária, desporto, debates radiofónicos.

Os noticiários são geralmente espaços nobres nas estações de rádio. Grande parte dos cidadãos abrangidos pelos inquéritos das emissoras comunitárias mostrou-se particularmente interessada em ter as rádios como fonte de informação – primeiro sobre o que se passa nos seus distritos ou cidades, depois sobre a província ou o país e finalmente sobre o estrangeiro.

O que se passa é que, principalmente em Homoine e Cuamba, ocorrem muitos factos ou acontecimentos de interesse público que não chegam sequer a ser conhecidos pelas populações locais, por falta de meios de comunicação de massas.

As notícias sobre o que se passa à sua volta despertam sempre grande impacto no ouvinte, por causa da proximidade do que se relata. É sempre de valor acrescentado ouvir um vizinho a falar; saber o que se passa com o camponês que mora na esquina; com a escola onde o filho estuda...

Na recolha das notícias locais, só será preciso que os colaboradores das rádios comunitárias sejam perspicazes, activos, criem as suas próprias fontes de informação. Factos ou acontecimentos de actualidade, inéditos e de interesse público haverá sempre.

Para além dos noticiários locais, os gestores de algumas das rádios, principalmente no caso de Cuamba, pensam que se pode fazer a retransmissão dos principais serviços noticiosos da Rádio Moçambique, pelo que esperam estabelecer contactos com a direcção da emissora pública nacional, para se ver a aplicabilidade dessa ideia, seus custos, etc.

No entanto, as próprias rádios podem ter espaços dedicados à informação sobre a actualidade mundial (em áreas como as de ciência, avanços tecnológicos, política ou economia), com o recurso ao serviço da Internet, cujo acesso, relativamente barato, já é possível em muitos centros urbanos do país.

Para além dos programas já referidos, alguns grupos comunitários acham também que as rádios devem transmitir missas e canções religiosas. Mas, no caso específico das missas, levanta-se um problema: de que igreja é que serão as missas a transmitir? Dos católicos, protestantes (entre estas há muitas confissões) ou muçulmanos? Talvez este aspecto seja objecto de um estudo mais aprofundado junto das comunidades, para que não se incorra no risco de prejudicar um em detrimento de outro.

De uma maneira geral, as comunidades esperam marcar uma presença significativa nas emissões das três rádios ora em fase de instalação: através de cartas, debates em directo, entrevistas gravadas, telefonemas ou outras formas que permitam aos ouvintes fazerem ouvir os seus nomes ou as suas vozes através da rádio.

As rádios vão dispor de condições técnicas que permitam a participação directa dos ouvintes nas emissões.

Só em Homoine é que a rádio ainda não possui uma linha telefónica. A estação local das Telecomunicações de Moçambique, de pequena capacidade, não possui por enquanto linhas disponíveis. A curto prazo, a opção passa pela compra de uma linha telefónica a quem já a tenha, assim ao jeito de como se faz a compra de chaves de imóveis do Estado. Os elementos da rádio comunitária já estabeleceram contactos com os poucos possuidores de telefone no distrito, mas poucos se mostram disponíveis a ceder a sua linha. Há um assinante das TDM que diz que poderia vender a sua linha por cinco milhões de meticais, dinheiro que a associação ainda não tem. Talvez mais tarde se consiga juntar esse valor.

Enquanto isso não acontece, a rádio vai continuar sem telefone.

Talvez até a participação dos ouvintes telefonicamente nos programas da rádio não venha a ser grande, em Homoine, dado o reduzido número de linhas disponíveis no distrito; o telefone será certamente mais útil para a recolha de informações, recepção de materiais dos correspondentes e acesso à Internet.

Um importante desafio que os gestores das rádios comunitárias terão pela frente, na área editorial, é manter a imparcialidade e a independência em relação aos diferentes poderes (político, económico...). Os elementos ligados às associações estão todos de acordo em como o facto de as rádios serem comunitárias não significa que cada um chega ao estúdio e divulga o que quer e como deseja fazê-lo; há que manter regras de trabalho e observar os princípios éticos e deontológicos do jornalismo.

CAPÍTULO VIII

COMPRA DE EQUIPAMENTOS APROPRIADOS

A maior parte do pessoal ligado às rádios comunitárias não faz qualquer ideia dos equipamentos adquiridos para os estúdios, central técnica e emissor. Para eles, os representantes do Projecto Media da UNESCO *estão a tomar conta devida deste aspecto*.

Os equipamentos para as três rádios comunitárias foram adquiridos na África do Sul, de um fabricante que se mostrou idóneo e se comprometeu a fazer a montagem e formação de pessoal (através de cursos na sede da fábrica e nas três rádios).

Ficou claro desde o início do processo que era necessária a compra de equipamentos que se adequassem à realidade de Moçambique e tivessem garantias de durabilidade.

Optou-se, então, para esta fase piloto do projecto, pela escolha de um tipo de equipamento de radiodifusão relativamente elaborado, de marcas reconhecidas (logo, com facilidade de se obterem peças sobressalentes) e que concilia as tecnologias digital e analógica.

Os equipamentos, por causa da sua boa qualidade, são relativamente caros, com preços que estão acima dos valores médios normalmente desembolsados pela UNESCO para as rádios comunitárias que este organismo do sistema das Nações Unidas financia noutros países. Mas têm a vantagem de virem de um fornecedor regional (sul-africano) e terem perspectivas de maior durabilidade e melhor rendimento.

Com efeito, enquanto a filosofia de alguns projectos de rádios comunitárias no mundo é a de comprar equipamento barato, que pode ser imediatamente substituído em caso de avaria, ela não pode ser efectiva em Moçambique, onde todo esse equipamento não está prontamente disponível e onde se podem enfrentar dificuldades na sua importação, pois as taxas aduaneiras são elevadas, tal como os impostos e o transporte, além do facto de o processo burocrático de importações consumir bastante tempo.

Os equipamentos adquiridos, mais resistentes, estão adaptados à realidade dos locais onde serão instalados, tanto do ponto de vista das condições climáticas (humidade, calor, poeira) como técnicas, num país onde são enormes as dificuldades de acesso a técnicos que possam fazer reparações adequadas. Todos esses factores pesaram bastante na opção de se adquirirem equipamentos que oferecem garantias de maior durabilidade.

Será imprescindível, pois, que os utilizadores desses equipamentos, em especial, e as comunidades, no geral, tenham consciência do valor da maquinaria que será colocada à sua disposição, de modo a que possam tratá-la com o maior respeito e cuidado.

Apesar de o pessoal que trabalhará com os equipamentos das rádios ter já sido submetido a cursos de manutenção preventiva, será necessário que se definam regulamentos de acesso e de controle da utilização de tais meios.

Dessa maneira, os equipamentos vão poder operar por muito mais tempo, o que em primeira circunstância será vantajoso para as próprias rádios e para as comunidades.

Quando os equipamentos já estiverem montados, haverá ainda tempo para os colaboradores das rádios se familiarizarem com o seu funcionamento, antes de iniciarem as emissões públicas.

A Rádio Comunitária da GESOM, em Chimoio, já possui outro equipamento de rádio, esperando também receber de outros doadores um carro-estúdio, que certamente terá grande utilidade na transmissão directa de programas a partir de diferentes locais da cidade. Os próprios programas de educação cívica levados a cabo pela associação nas comunidades poderão, com um carro-estúdio, merecer transmissão directa pela rádio.

CAPÍTULO IX

DESAFIOS DO FUTURO E SUSTENTABILIDADE: QUE CAMINHOS A SEGUIR?

Embora as rádios comunitárias ainda não tenham começado a operar, afigura-se necessária uma reflexão sobre os grandes desafios do futuro e como é que se poderão organizar para enfrentá-los.

Nesta fase de instalação e por mais algum tempo após o início das emissões, as três estações de rádio beneficiam de apoio financeiro e assessoria técnica do Projecto Media da UNESCO. A perspectiva é que gradualmente as rádios se abram a outros doadores e aumentem as fontes de receitas, de modo a que possam em grande medida caminhar pelos seus próprios pés.

Por conseguinte, o maior desafio que as rádios enfrentarão no futuro é garantir a sua sustentabilidade financeira, técnica, editorial; em termos de recursos humanos e ambiente de trabalho. Não menos importante será a batalha para fazer com que as comunidades se sintam donas das rádios. Só dessa maneira poder-se-á manter as estações em actividade.

Para já, o pessoal ligado às rádios mostra-se entusiasmada e esperançada em bons resultados.

Apontam-se vários caminhos a seguir, na perspectiva de manter as rádios auto-sustentáveis:

- Sensibilizar as comunidades, incluindo o empresariado, as igrejas, as associações não-governamentais e outras instituições no sentido de estas prestarem o seu multiforme apoio ao funcionamento das rádios;
- Realizar actividades, com ou sem a utilização directa dos espaços de antena da rádio, que permitam a angariação de fundos;
- Produzir uma programação atractiva e que vá de encontro aos anseios das comunidades em que as rádios estejam inseridas, de modo a poderem manter o permanente interesse dos ouvintes pelas emissões.

Para que as rádios consigam trilhar por estes e outros caminhos, urge a necessidade de os seus gestores e colaboradores assumirem uma postura séria e de colaboração com as comunidades.

No dizer de Virgílio Francisco, presidente do comité de gestão da Rádio Comunitária de Cuamba, uma sustentabilidade saudável do projecto deve começar dentro da própria rádio – por exemplo, o pessoal deve saber que o telefone tem custos e, portanto, não deve ser utilizado indevidamente; que os bens da rádio devem ser usados com carinho e cuidado, para que durem muito mais tempo.

Se dentro da própria rádio reinar este espírito positivo, será mais fácil partirmos para a luta pela garantia de sustentabilidade, defende.

Todos os elementos que estão ligados às rádios comunitárias acreditam que se está perante iniciativas que seguramente despertarão o interesse das comunidades. Por essa razão, citando palavras do padre Agostinho Buque, secretário do comité de gestão da Rádio Comunitária de Homoine, *se tivermos as nossas portas abertas, as comunidades de forma alguma nos vão deixar morrer.*

Mesmo fora das rádios, o optimismo é o mesmo. O presidente do Conselho Municipal de Chimoio, Dário Jane, pensa que a comunidade já é suficientemente madura para levar adiante um projecto como o de rádio, *mas é importante que haja muito diálogo entre os gestores da rádio e os diversos segmentos da sociedade, incluindo as instituições governamentais, o empresariado e outras organizações doadores que possam prestar apoio à sobrevivência da rádio, que é um meio de comunicação social que todos precisamos, por seu útil.*

Também na óptica de Frederico Manuel Cândido, funcionário do aparelho do partido Frelimo em Homoine, o facto de um dia a UNESCO vir a desamamentar a rádio não pode constituir razão para o seu encerramento, depois de tanto dinheiro investido. *A população, apesar dos seus poucos recursos, estará disponível a conceder o apoio necessário à manutenção da rádio.*

Realisticamente, os gestores das rádios ainda não têm uma ideia exacta do que é necessário, por exemplo em termos financeiros, para se poder manter uma rádio em funcionamento. Miqueias Sigaúque, chefe da área administrativa e financeira do comité de gestão da Rádio Comunitária de Cuamba, afirma ser difícil fazerem-se estimativas para um projecto inédito na região, pelo que *só depois de dois ou três meses de funcionamento da rádio é que poderemos estar em condições de ver as coisas com clareza. Sabermos quanto é*

que em média gastamos em energia eléctrica, em telefones e outras despesas correntes.

No entanto, pelos contactos já estabelecidos – e esse é o mesmo fio de pensamento nas outros rádios – acredita que há condições para que as iniciativas sejam rentáveis.

Para tal, embora as rádios sejam de um perfil comunitário, defende-se que as mesmas tenham uma gestão do tipo comercial, que permita a angariação de receitas para a sua subsistência.

Isso passa não só pela rentabilização dos espaços de antena, através da inserção de publicidade comercial, anúncios diversos e programas pagos, mas pela promoção de outras actividades lucrativas, como exploração de centros sociais, realização de actividades recreativas, serviço de fotocópias e de correio electrónico. A angariação de sócios que paguem quotas às associações é vista como outra fonte de receitas.

A GESOM possui já experiências positivas na área de angariação de receitas. Nas suas instalações em Chimoio, promove cursos de informática, concede acesso público à Internet, explora um centro social, promove exposições diversas (pintura, escultura, fotografia), aluga equipamento sonoro, organiza programas culturais e recreativos...enfim, desenvolve acções que a permitem dispor de fundos próprios para a subsistência dos projectos que não tenham financiadores externos, incluindo o pagamento do pessoal que trabalha a tempo inteiro na associação.

A qualidade das próprias emissões e o impacto que terão nas comunidades serão também determinantes no nível de angariação de receitas, mormente no capítulo de publicidade. Quanto mais ouvintes a rádio tiver, mais interesse os agentes económicos terão em colocar a sua publicidade. Em Chimoio, onde já existe um emissor da Rádio Moçambique, este aspecto terá uma importância especial, por causa da concorrência. Os agentes económicos, mais do que um motivo meramente de apoio a um projecto comunitário, deverão ter uma razão especial para colocarem os seus anúncios na nova rádio ao invés de o fazerem na RM, cuja emissão é até captada em locais muito mais distantes.

ANEXO

CRONOLOGIA DO PROCESSO DE INSTALAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS-PILOTO FINANCIADAS PELA UNESCO

- Setembro de 1997** – Assinatura de acordo entre o Governo moçambicano e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), visando o apoio a Moçambique no fortalecimento da democracia e boa governação através do fortalecimento dos medias. O acordo contempla o financiamento, pela UNESCO, da instalação de dez rádios comunitárias no país.
- Setembro de 1998** – Após consultas para o efeito realizadas, são identificadas as três áreas piloto que beneficiariam da *Onda Um* do projecto de instalação das rádios comunitárias financiadas pela UNESCO em Moçambique: Homoine (Inhambane), Marromeu (Sofala) e Cuamba (Niassa).
- Dezembro de 1998** – O primeiro trabalho de consultoria encomendado no âmbito do projecto de instalação das rádios comunitárias realiza-se no distrito de Homoine.
- Janeiro de 1999** – A mesma consultoria abrange os distritos de Cuamba e Marromeu.
- Julho de 1999** – Decide-se a troca de Marromeu por Chimoio, depois de se ter tomado conhecimento de que já havia um projecto do INDER para a instalação de uma rádio comunitária naquele ponto da província de Sofala.
- Julho de 1999** – Gestores do Projecto Media da UNESCO iniciam visitas de mobilização aos três locais escolhidos para a instalação das rádios comunitárias.
-

-
- Outubro de 1999** – Realiza-se em Maputo o primeiro *workshop* com representantes das comunidades de Homoine, Chimoio e Cuamba, durante o qual se discute, fundamentalmente, a modalidade em que se exerceria a propriedade comunitária das rádios.
- Outubro de 1999** – Nos locais escolhidos para a primeira fase do projecto iniciam os preparativos com vista à criação das associações de rádio comunitária. Ao mesmo tempo, começam as discussões em torno do enquadramento legal das rádios comunitárias e de como as associações poderiam solicitar a concessão de frequências e de alvarás.
- Janeiro de 2000** – Três orientadores, todos eles jornalistas qualificados na área de radiodifusão, iniciam a sua actividade nas rádios comunitárias de Homoine, Chimoio e Cuamba, após beneficiarem de uma acção de formação levada a cabo pelo Projecto Media.
- Janeiro de 2000** – A direcção da GESOM, cuja associação foi legalmente reconhecida pelo governador da província de Manica em Julho de 1998, realiza o seu primeiro encontro com líderes comunitários, em Chimoio, no qual são analisadas questões inerentes ao envolvimento da sociedade civil no projecto de instalação de uma rádio local.
- Fevereiro de 2000** – Realiza-se em Maputo um curso sobre como criar e gerir uma rádio comunitária, no qual participam 20 elementos, incluindo representantes das rádios do Instituto de Comunicação Social e da Igreja Católica.
- Fevereiro de 2000** - Primeiro trabalho de definição do perfil e configuração técnica das rádios.
- Fevereiro de 2000** – O governador da província do Niassa reconhece a existência legal da Associação da Rádio Comunitária de Cuamba.
- Março de 2000** – O Projecto Media da UNESCO assina com a GESOM o contrato de financiamento de actividades, que formaliza o início do apoio ao processo de instalação de uma rádio comunitária em Chimoio, em termos de aquisição de equipamentos, formação de pessoal e custos correntes.
- Abril de 2000** – Assinatura da escritura notarial de constituição da Associação da Rádio Comunitária de Cuamba.
- Mai de 2000** – O governador da província de Inhambane reconhece a existência legal da Associação da Rádio Comunitária de Homoine.
-

-
- Mai de 2000** – Elaboração do plano de radiação para as três rádios comunitárias, que vão utilizar emissores de 250 watts, em frequência modulada. As frequências atribuídas a cada rádio são as seguintes: Cuamba: 103.5 Mhz; Chimoio: 106.1 Mhz e Homoine: 103.0 Mhz.
- Mai de 2000** – Quinze elementos representando as três rádios comunitárias participam na Beira num curso de duas semanas sobre produção e programação.
- Julho de 2000** – Assinatura da escritura notarial de constituição da Associação da Rádio Comunitária de Homoine.
- Julho de 2000** – O Projecto Media da UNESCO assina o contrato de financiamento de actividades com a Associação da Rádio Comunitária de Cuamba.
- Agosto de 2000** – O contrato da mesma natureza é assinado com a Associação de Rádio Comunitária de Homoine (ARCO)
- Setembro de 2000** – Requerido ao Gabinete de Informação o registo de imprensa para as três rádios comunitárias.
- Outubro de 2000** – Dezanove representantes das três rádios comunitárias participam na Machava, arredores da cidade de Maputo, num curso de uma semana para a aprendizagem de técnicas de condução de pesquisa de audiência.
- Novembro de 2000** - Abertura de concurso para fornecimento de equipamento.
- Dezembro de 2000** -Encerramento de concurso de equipamento, análise e escolha do futuro fornecedor do equipamento.
- Janeiro de 2001** - Realiza-se em Chimoio um Workshop de Gestão com o equipe de gestão do Projecto Média com coordenadores e mobilisadores das tres radios de Homoine, Chimoio e Cuamba.
- Janeiro de 2001** – Realiza-se em Chimoio o curso de manutenção preventiva envolvendo representantes das três rádios comunitárias financiadas pela UNESCO.
- Fevereiro de 2001** – Uma equipa da Globecom, a fornecedora dos equipamentos para as rádios comunitárias, efectua uma visita de avaliação técnica a Homoine, Chimoio e Cuamba.
- Março de 2001** – Um seminário para o estabelecimento da rede de mulheres nas rádios comunitárias realiza-se em Chimoio, com a participação de 20 representantes do sector feminino das diferentes estações de rádio comunitária existentes no país.
-

Março de 2001 – Técnicos das três rádios comunitárias participam num curso na Cidade do Cabo, África do Sul, durante o qual tomam contacto com o equipamento a instalar nos estúdios, central técnica e emissor.

Abril de 2001 – Depois de se ter detectado a existência de problemas que poderiam pôr em causa o funcionamento da estação, o Projecto Media da UNESCO intervém na Rádio Comunitária da Cuamba, onde são fortalecidos o comité de gestão da associação e a direcção executiva com a inclusão de representantes de organizações não-governamentais que operam no distrito.

Mai de 2001 -Um representante do Projecto Média vai ao Cidade de Cabo para fiscalização do equipamento, já pronto para ser enviado à Moçambique.

Junho de 2001 - Finalização dos trabalhos para importação do equipamento em Moçambique.